

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

“A HISTÓRIA DA MINHA PÁTRIA”:

A identidade nacional moçambicana através do livro didático (1975-1992)

Cassiano Floriano Fraga

Porto Alegre

2016

Cassiano Floriano Fraga

“A HISTÓRIA DA MINHA PÁTRIA”:

A identidade nacional moçambicana através do livro didático (1975-1992)

Monografia apresentada ao Departamento de  
História da Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul como requisito parcial para a obtenção do  
grau de Licenciado em História

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo

Porto Alegre

2016

Cassiano Floriano Fraga

“A HISTÓRIA DA MINHA PÁTRIA”:

A identidade nacional moçambicana através do livro didático (1975-1992)

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. José Rivair Macedo (Orientador) - UFRGS

---

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes – Coordenador PPG em História - PUCRS

---

Prof. Me. Anselmo Panse Chizenga – Doutorando UFRGS

Porto Alegre

2016

**“Em cada sociedade e em cada época, o Ensino de História  
é o que aquela sociedade quer ou aceita que seja.”**

**Narciso Hofisso**

## **AGRADECIMENTOS**

No decorrer de minha vida e de minha jornada acadêmica, sintetizada nesse esforço intelectual, pude conhecer algumas pessoas que foram muito importantes, seja participando de minha vida cotidiana, seja pela contribuição para minha formação intelectual e profissional. Assim, gostaria de mencionar algumas pessoas que fizeram parte dessa trajetória.

Agradeço, primeiramente, ao meu conjunto familiar. Carlos, meu pai, que me passa como legado sua concepção crítica de sociedade e de mundo, e à minha mãe, Regina, de quem herdei o amor pela docência. Aos dois, de quem herdei a vontade de transformar o mundo através da educação e viver em uma sociedade igualitária, dedico este trabalho. Com o mesmo carinho, agradeço às minhas irmãs, Cíntia, Cibele e Briane, e a meu irmão, Carlos Augusto, que compartilharam comigo boa parte da vida, sempre com companheirismo e afeição.

Gostaria de mencionar aqui as pessoas especiais que conheci no curso de História e com quem mantenho laços de amizade. Nesse período tive o privilégio de conhecer: Alejandro Romero, Lucas “Mick”, César Endres, Adriano Nunes, Mariana Canabarro, Lucas Lemos, Marcos Silva, Eduardo Garcia, César Caramês, Guilherme Capriolli, Stella Ferreira, Felipe Zmuda, Paula Blume e Érico Loyola. Do mesmo modo, agradeço às/aos colegas de curso, Vá Arduin, Pâmela Andrade, Antônio D’amore “Topo”, Rhenan Pereira Santos, Carlos Jarenkow, Lourenço Teixeira, Bruno Soares “Comuna”, Mathias Scherer, Cláudio Klippel e Marcelo Bahlis. Não poderia deixar de mencionar os amigos que fiz pelos corredores da universidade, ou por outros meios ao longo desse período, em especial, Diego Marins (amigo e revisor deste trabalho), Rodrigo Dellani, Adriano Machado “Donk”, Ketty Garcia, Perla Reis e Caroline Gomes.

Agradeço às professoras e professores do Departamento de História e da Faculdade de Educação, os quais contribuíram muito para minha formação profissional e pessoal. Em especial às professoras, Carla Meinerz, Caroline Pacievitch, Carmen Gil, e os professores Fernando Seffner e Nilton Mullet Pereira, que sempre mostraram que a docência é, não só uma profissão, mas um instrumento para transformar a sociedade. Do mesmo modo, agradeço aos professores do Curso de História, Luiz Dario Teixeira Ribeiro, pelas aulas diárias a cada conversa pelos corredores do nosso instituto, à professora Silvia Petersen, pela instrução teórico-metodológica, e ao professor Enrique Serra Padrós, por mostrar que ter escolhido a

História e a docência foi nada mais do que a coisa certa a fazer. Agradeço também ao professor José Rivair Macedo, pela orientação e pelas discussões que fizeram com que este trabalho pudesse ser concretizado.

Durante minha formação docente tive a honra e compartilhar o espaço da sala de aula com as/os colegas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) Marcelo Bahlis, Marcos Silva, Otávio Travi, Lourenço Teixeira e Clara Martinez Falcão. A experiência compartilhada com cada uma dessas pessoas contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Carinhosamente agradeço às minhas alunas e alunos do curso pré-vestibular PEAC - Projeto Educacional Alternativa Cidadã -, e aos professores e professoras colegas da disciplina de História, em especial, Gabriel Torely, Maurício Reali, Mathias Scherer, Rodrigo “Bob”, Liana Ribeiro, Mariana Canabarro, Alejandro Romero, Lívia Gallo, Marcos Silva e Camila Cunha. A luta por uma concepção de educação popular não seria possível individualmente. Tenho sorte de poder compartilhar e lutar por este sonho com essas pessoas.

À minha companheira, Vanessa Dornelles, com quem compartilho experiências, as alegrias de nossa convivência, e a vontade de viver em um mundo melhor. Sua contribuição se encontra em cada página deste trabalho.

E finalmente, à Júlia Fraga Lemos, em quem deposito às esperanças de um futuro mais justo à humanidade.

## RESUMO

Este trabalho pretende discutir a relevância dos *manuals didáticos* escolares como ferramentas que instrumentalizam as noções de pertencimento nacional do caso moçambicano. Analisa as marcas deixadas pelo projeto societal da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), e a problemática da *modernidade* contida no projeto nacionalista moçambicano. Procura examinar a utilização das Instituições de Ensino ligadas ao Estado para a construção de novos indivíduos, assim como a *produção de conhecimento* dos profissionais vinculados à essas instituições. Para tal, tomando como *documento* o manual didático “A História da Minha Pátria” (NEGRÃO, 1986), utiliza-se da literatura escolar produzida no período pós-independência até a transição política à democracia representativa (1975-1990) para reflexão acerca da problemática da “reescrita” da história de Moçambique, importante para a autoafirmação moçambicana e para a construção da *moçambicanidade*.

**Palavras-chave:** manual didático, moçambicanidade, modernidade, Frelimo, produção de conhecimento moçambicano.

## ABSTRACT

This present study intends to discuss the relevance of *textbooks* as instruments to construct the notions of national belonging in the Mozambican case. It analyzes the marks left by the society project of the Mozambique Liberation Front (Frelimo) and the problem of *modernity* contained in the Mozambican nationalist project. This study examines the use of education institutions related to the State for the construction of new individuals, as well as the *knowledge production* of professionals related to these education institutions. Therefore, taking the textbook “A História da Minha Pátria” (NEGRÃO, 1986) as a *document*, it uses the educational literature, produced in the post-independence period to the political transition to representative democracy (1975 – 1990), to think the issue about the “rewriting” of Mozambique’s history, important for Mozambican self-assertion and the construction of *mozambicanity*.

**Keywords:** Textbooks, mozambicanity, modernity, Frelimo, Mozambican knowledge production.

## SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo 1: Pós-Independência e a construção da Identidade Nacional Moçambicana (moçambicanidade).....	13
1.1 Breve análise da trajetória de produção de conhecimento em Moçambique no pós-independência.....	27
Capítulo 2: Moçambique pelo Manual Didático “A História da Minha Pátria”.....	32
2.1 A Postura Metodológica do Sistema Nacional de Educação (SNE) e suas implicações nos manuais didáticos.....	32
2.2 Resistência e Heroificação.....	34
2.3 Cultura Moçambicana.....	43
Considerações finais.....	48
Fontes e Bibliografia.....	51
ANEXOS.....	55



## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as noções de pertencimento nacional moçambicano e entender como o manual didático, analisado aqui como um documento histórico, auxilia na instrumentalização da identidade nacional moçambicana. Para isso serão abordadas, entre outras questões: o protagonismo da Frelimo e seu projeto nacionalista em Moçambique no pós-independência; a produção de conhecimento deste mesmo período e a moçambicanidade evidenciada no manual didático.

A divisão do trabalho, para melhor compreensão, se dará da seguinte maneira: no primeiro capítulo (1) será abordado o período do pós-independência e a construção da moçambicanidade, percorrendo uma breve análise da trajetória de produção de conhecimento em Moçambique (1.1). O segundo e último capítulo, terá como foco principal a análise do manual didático, sendo assim tratará da *moçambicanidade* evidenciada através dele (2), da proposta metodológica do Sistema Nacional de Educação (SNE) (2.1); da resistência e heroificação (2.2), e da Cultura Moçambicana (2.3).

O ideal de nação elaborado pela Frelimo, partido único de orientação *marxista-leninista* no período imediato do pós-independência até a transição política para a democracia representativa (1975-1990), evidencia-se como um dos casos mais singulares dentre os nacionalismos africanos, sendo que “a adoção do marxismo-leninismo obedecia a um processo intrínseco vinculado à singularidade e as especificidades da ‘luta de libertação nacional’” (KRUKS, 1987 *apud* MACAGNO, 2009, p. 18). Assim, a adoção desses paradigmas colocou em debate um projeto de caráter modernizante para a sociedade moçambicana independente. Do mesmo modo, a criação do Sistema Nacional de Educação, em 1983, atendeu a uma exigência histórica de uma parte de profissionais preocupados com a constituição de um conjunto de *signos, símbolos e valores* para a construção da *moçambicanidade*. Esse sistema de educação parte de uma demanda do aparelho do Estado visando a formação de novos cidadãos para o país, ou seja, pretendia, a partir das instituições voltadas à educação, moldar o *homem novo revolucionário*<sup>1</sup>, figura idealizada por Samora Moisés Machel (1933-1986) e pela cúpula da Frelimo.

---

<sup>1</sup> Cabe ressaltar que a denominação *homem* constitui uma expressão sinônima para *humanidade*: sentença iluminista para ambos os gêneros, mas que, tanto hoje quanto na época, não contempla o gênero feminino no discurso. No que diz respeito à figura do *Homem Novo Revolucionário*, este compreende um dos principais anseios da Frelimo, que visava a “formação do Homem Novo, um homem livre do *obscurantismo*, da

Sua proposta de transformação social, a começar pela instrução dos indivíduos, encontra-se em uma perspectiva processual: desde o início da década de 1970 o projeto nacionalista da Frelimo propunha a “reescrita” da história - incentivada pelo declínio do regime colonial português, mostrando, assim, suas bases no caráter heroico do *Povo moçambicano*, evidenciada pela Guerra de Libertação. Voltada para a formação dos novos moçambicanos, os manuais didáticos se constituem como ferramentas importantes para auxiliar os docentes do país, com uma nova postura metodológica, na busca de aproximar os mais jovens da sua “verdadeira história”, desvinculada do passado colonial e das lógicas de poder das populações tradicionais de Moçambique.

Partindo da análise do manual didático *A História da minha pátria - 5ª classe* (NEGRÃO, J. et. Alii, 1983) irá se buscar a apropriação dos traços de pertencimento estabelecidos pela camada dirigente do Estado, traços que constituem os paradigmas do SNE na construção de novos indivíduos da nação. O manual, que fora concebido para se tornar referência à unidade de Moçambique, pode ser compreendido como uma das expressões da intenção da Frelimo de “superar as diferenças internas para consolidar a unidade nacional, isto é, tinha a importante função de consolidar a identidade moçambicana” (LIMA, 2016, p.20). Sendo assim, a construção da unidade moçambicana era o objetivo principal no pós-independência, mesmo que isso significasse a negligência de antigos pressupostos étnicos e culturais de Moçambique.

Para que a abordagem não incorra em um viés simplista, atenta-se para a “complexidade do objeto ‘livro didático’, a multiplicidade de suas funções, a coexistência de outros suportes educativos e a diversidades de agentes que ele envolve” (CHOPPIN, 2004, p. 552). Sendo assim, é necessário refletir a respeito da metodologia de pesquisa, para que essa compreenda uma melhor reflexão sobre o objeto, sendo esse o esforço das linhas seguintes.

Em geral o manual didático se insere numa premissa de formação dos novos cidadãos, apropriando-se de um conjunto de valores voltados à cidadania lançados como premissas pela camada dirigente do Estado. No caso da disciplina de História, o manual procura

---

*superstição e da mentalidade burguesa e colonial, um homem que assume os valores da sociedade socialista, nomeadamente: a unidade nacional, o amor à Pátria e o espírito do internacionalismo proletário; o gosto pelo estudo, pelo trabalho e pela vida coletiva; o espírito de iniciativa e o sentido da responsabilidade; a concepção científica e materialista do mundo; o engajamento e contribuição ativa com todos os seus conhecimentos, capacidades e energia, na construção do socialismo” (MOÇAMBIQUE, 1983, p.14) (grifos nossos).*

a formação da identidade nacional, [...] mais comuns em países que conquistaram a autonomia ou que a recuperaram recentemente, ou naqueles nos quais o poder político preocupou-se em consolidar ou alimentar - por razões diversas - o sentimento de nacionalidade (CHOPPIN, 2004, p. 556).

Do ponto de vista histórico, o manual didático possui quatro funções essenciais, que segundo Choppin “podem variar consideravelmente segundo o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização” (CHOPPIN, 2004, p.553), são elas: (i) função *referencial*; (ii) função *instrumental*; (iii) função *ideológica e cultural* e, (iv) função *documental* (CHOPPIN, 2004). No que diz respeito a esta análise, serão exploradas, para a reflexão do caso moçambicano, em graus diferenciados, principalmente a instrumentalização da *função referencial*, ou seja, o conjunto de ideias que constituem os “conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades” (CHOPPIN, 2004, p.553) transmitidas às novas gerações e, a função *ideológico cultural* - “um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes” (CHOPPIN, 2004, p.553). Estas duas funções compreendem as bases para a compreensão dos principais anseios da Frelimo, sendo que o manual didático terá uma função muito mais *ideológica e cultural*, para a formação das identidades moçambicanas - função que é predominante em detrimento das outras.

Como assinala Choppin (2002, 2004), historicamente o manual didático tem sido alvo de investigação em duas categorias de pesquisa distintas, mas que necessariamente devem estabelecer diálogo entre si. A primeira delas é a abordagem que busca averiguar “o livro didático apenas como um *documento histórico*, como qualquer outro, (analisando) os conteúdos em uma busca de informações estranhas a ele mesmo” (CHOPPIN, 2004, p. 554). Sobre esta primeira categoria, buscou-se averiguar seus conteúdos seguindo duas linhas de pesquisa: a primeira delas, a qual segundo Choppin podemos considerar a mais usual dentre a historiografia do gênero, é a linha que estabelece uma crítica *ideológico-cultural* do conteúdo dos manuais, sendo que a segunda linha de pesquisa histórica, diz respeito à abordagem dos conteúdos em seu sentido epistemológico, avaliando de que modo são colocadas as intenções *didáticas* nos conteúdos escolhidos pelos autores. Cabe salientar que as duas linhas de pesquisa, como enfatiza Choppin, são indissociáveis para a pesquisa histórica.

A segunda categoria de pesquisa, evidenciada por Choppin, refere-se à análise dos manuais como um objeto físico, deste modo, a pesquisa busca recolocar os manuais didáticos “no ambiente em que foram concebidos, produzidos, distribuídos, utilizados e ‘recebidos’,

independentemente (...) dos conteúdos dos quais eles são portadores” (Choppin, 2004, p. 554). Deste modo, pode-se considerar para a referida investigação que o manual didático é um *documento histórico*, e, sendo assim, seus conteúdos podem ser analisados de maneira que corresponda a elucidar respostas que dizem respeito ao modo como veiculam de forma *ideológica e cultural* os conteúdos para a construção da identidade nacional.

Portanto, busca-se compreender, tendo em vista a complexidade do manual didático como fonte de investigação e, pode-se até mesmo dizer - maior complexidade ainda o caso da construção do nacionalismo moçambicano - o modo como se relacionam as duas problemáticas, elucidando o objeto (livro didático) em seu diálogo com a realidade moçambicana e, analisando seus conteúdos para investigar a maneira como veiculam a ideologia da classe dirigente, e como lida com a cultura dos povos tradicionais. Espera-se assim, averiguar o manual didático estabelecendo um diálogo com a conjuntura em que foi concebido, sob a égide do projeto educacional de Moçambique elaborado pelo SNE e a proposta pedagógica vinculada a este último.

## 1. PÓS-INDEPENDÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL MOÇAMBICANA (MOÇAMBICANIDADE)

A longa Guerra de Libertação de Moçambique, iniciada no começo da década de 1960, mais precisamente em 25 de setembro de 1964, culmina na vitória dos combatentes da guerrilha e na entrega do poder de Moçambique às mãos da Frente de Libertação de Moçambique —Frelimo<sup>2</sup>. O conflito bélico entre o Exército Colonial Português e os combatentes da Frelimo encerra-se com a assinatura do Acordo de Lusaka, firmado na capital da Zâmbia, em 7 de setembro de 1974, estabelecendo a retirada das tropas portuguesas da região e a consequente troca de poder, libertando assim o país do jugo colonial português.

Com a posse de Samora Moisés Machel como presidente da República Popular de Moçambique, em 25 de junho de 1975, dá-se o fim do colonialismo português, trazendo consigo novos desafios para a então nação independente de Moçambique. Agora caberia ao novo regime forjar e expandir a identidade da Nação Moçambicana.

Como se sabe, muito já foi produzido acerca dos nacionalismos e da construção das identidades nacionais. Pode-se referir como obras clássicas sobre esta problemática as contribuições dos autores marxistas britânicos Eric Hobsbawm, com o seu livro *Nações e Nacionalismos desde 1789* (1990), e Benedict Anderson, autor de *Comunidades Imaginadas* (2008). Suas reflexões importam na medida em que trazem à tona a problemática do desenvolvimento da modernidade na Europa e as mudanças significativas na vida política, econômica e cotidiana que se desenvolvem no decorrer do processo histórico europeu, que, de acordo com as análises dos autores supracitados, culminam no nascimento das nações modernas. Não se pretende retomar todo o conjunto de determinações que levaram à modernização das sociedades europeias, mas sim chamar atenção para as dinâmicas internas do continente Africano, principalmente na promoção da modernidade e na construção de nacionalismo em Moçambique.

Assim, acredita-se necessária a reflexão sobre as diferenças entre a construção do nacionalismo na Europa e em África. Patrick Chabal procura explicar os fenômenos vinculados ao nacionalismo em África negando uma “relação causal direta entre a modernidade e a construção do nacionalismo africano” (CHABAL, 2010 *apud* PAREDES,

---

<sup>2</sup> Serão utilizadas, à título de diferenciação, as siglas FRELIMO —caracterizada pela união de diversos grupos à favor da libertação de Moçambique contra o regime colonialista português (1962-1975) — e, Frelimo —partido único que assume o poder em Moçambique, adotando os postulados *marxistas-leninistas*, de 1975 até a abertura às eleições multipartidárias em 1994.

2014, p.139), como ocorreram nos casos europeus. Segundo Chabal, a lógica de promoção do nacionalismo africano não corresponde ao mesmo processo e, de acordo com a sua perspectiva, o nacionalismo em África não é resultado da modernidade, devendo ser analisado como um incentivador da modernidade, elucidando a ideia de que, na constituição de sua concepção nacional, as nações no continente visam não o seu passado, e sim um futuro a ser construído (PAREDES, 2014, p.139).

Essa ótica, apresentada por Chabal, é de grande relevância para poder lançar o olhar para o caso dos nacionalismos em África e para uma análise que leve em consideração as especificidades apresentadas pelo caso moçambicano. Em Moçambique, os agentes promotores da modernização da sociedade vislumbram, entre outros objetivos, o ideal de construção nacional visando o futuro da sociedade a partir da construção de novos indivíduos, desligados das heranças do passado colonial. Outrossim, os vínculos entre as comunidades étnico-culturais do período pré-colonial e o Estado moçambicano independente se mostrariam abalados pelo confronto entre o projeto de modernização da sociedade e os costumes consuetudinários dos povos tradicionais de Moçambique.

Por muito tempo a produção de conhecimento sobre África esteve nas mãos dos colonizadores europeus. Para o continente Africano, os resultados causados pelo contato com o universo de valores europeus foram irreversíveis e, para o mundo ocidental, a visão sobre a África, *selvagem, primitiva, atrasada, tradicional, supersticiosa*, ficara impregnada nas mentes ocidentais por conta da mistificação da figura do “africano”, construída pela historiografia etnocêntrica.

Essa visão sobre o continente Africano, incrustada de signos estereotipados atribuídos pelo mundo europeu, estabelece-se pelo paradigma hegeliano, que assinalava a falta de história dos povos antes do contato com o colonizador (LOPES, 1994) e construiu, como justificativa para o colonialismo, a figura do “outro”, não civilizado e ágrafo, portanto, sem história. Infelizmente não se pode dizer que esse tipo de abordagem entrou em desuso, visto que algumas obras literárias e produções cinematográficas ocidentais contemporâneas<sup>3</sup> continuam disseminando tais interpretações estereotipadas de África e dos africanos.

---

<sup>3</sup> Existe uma vasta lista de produções cinematográficas que representam o continente Africano como local de aventura para o herói cosmopolita ocidental, ressaltando o “exotismo” africano, a excentricidade das lideranças locais, a linguagem de violência de seus habitantes, e a utilização de crianças-soldado por toda parte do continente. Como exemplo, poderíamos citar os filmes *As Minas do Rei Salomão* (THOMPSON, 1985), *Congo* (MARSHALL, 1995), *O Senhor das Armas* (NICCOL, 2005), e *Diamante de Sangue* (ZWICK, 2006).

Por esse motivo, visa-se aqui analisar o caso moçambicano desde sua especificidade, pois, como salienta Torgal “o tema do nacionalismo tende a ser muito vulgarizado, ainda que normalmente centrado no caso europeu, havendo raros casos em que a historiografia em forma de análise específica do tema se refira ao fenômeno, *sui generis* pela sua originalidade, de África” (TORGAL, 2008, p. 229).

É no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial que surgem movimentos intelectuais de contestação à produção colonialista. A matriz “nacionalista” se erige em resposta à produção historiográfica europeia, incentivada, entre outros fatores, pelo princípio de autodeterminação dos povos, estabelecido pela recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU).

Esse é um período muito efervescente para o continente Africano, pois gera a possibilidade de repensar seu passado e as marcas identitárias das nações anunciadas, visando a um futuro a ser construído. Diante desse quadro, a afirmação de um passado africano para construção da nação se vincula diretamente aos movimentos de libertação durante o processo de descolonização iniciado no continente.

Com efeito, na segunda metade do séc. XX se dá um salto qualitativo para a produção de conhecimento sobre África e desde o continente Africano. Vinculados aos ideais difundidos pelo *pan-africanismo*, pela ideologia vinculada aos escritores da *Négritude*, autores como Cheik Anta Diop, Ki-Zerbo, entre outros, esforçaram-se para demonstrar que há produção de conhecimento desde África, traçando o contraponto essencial às teses racistas criadas para legitimar a dominação e a exploração colonialista. É necessário aqui ressaltar que, se não fosse o esforço dessa geração de pensadores em afirmar que o continente Africano possui uma história que não começara com o contato com o europeu, seria difícil, senão impossível, compreender a essência dos fenômenos ocorridos desde suas particularidades.

Para desvelar o papel da modernidade na construção dos Estados Nacionais Africanos, acredita-se que as contribuições produzidas no próprio continente africano acerca dessa temática sejam enriquecedoras para o debate. Assim, se gostaria de elucidar o pensamento do sociólogo Elísio Macamo sobre a *modernidade* em África e sobre a construção da *moçambicanidade*.

O sociólogo moçambicano Elísio Macamo salienta, com o objetivo de desvelar o processo de formação de sua nação, que o modo como é forjado o imaginário da Nação

Moçambicana segue os mesmos paradigmas de formação dos Estados Nacionais europeus, acreditando que esses paradigmas partem de princípios promovidos por atores da camada dirigente do Estado. Contudo, não se pode recorrer a análises simplistas, imaginando que exista aplicação direta do projeto europeu para a formação do Estado Nacional Moçambicano. Para não incorrer em tal erro, acredita-se que a contribuição intelectual de Macamo auxilia na compreensão do caso de Moçambique e em sua relação com a modernidade.

Nesse sentido, Macamo entende que

(...) o tribalismo, independentemente da sua conjuntura actual, pertence ao passado, tarde ou cedo sucumbirá à marcha imparável da modernidade. Burundi, Ruanda, ou até mesmo Moçambique, não provam a inadequação da modernização, mas sim as dificuldades de sua implementação. Compete aos intelectuais bater o caminho da modernização, ajudando as pessoas a discernirem [sic] as condições dentro das quais as suas necessidades básicas terão melhores possibilidades de êxito. (MACAMO, 1996, p. 363).

Em um primeiro olhar, o leitor desatento poderia supor que, para Macamo, os preceitos que regem a sociedade europeia, portanto, de pensamento e de costumes modernos, estão corretos, e que a modernidade tende a ser naturalizada, sem indagações sobre suas contradições. A *marcha imparável da modernidade* seria, assim, aceitável para o “progresso” das civilizações, cabendo às demais sociedades adequação ao projeto moderno imposto a partir do colonialismo em África. Esse tipo de reflexão é errôneo, pois contém atribuições cristalizadas no imaginário, caracterizado pelo viés teleológico adquirido pelo estatuto moderno. Necessita-se então compreender o que Macamo entende por modernidade e as implicações contidas nesse conceito para sua aplicação em África e, especificamente, em Moçambique.

Como já exposto anteriormente, entende-se que a constituição do nacionalismo em África segue premissas modernas, porém, o nacionalismo não se constitui como um resultado da modernidade, devendo ser entendido como um futuro almejado pelas nações emergentes, sendo o destino final a modernização das sociedades. Em Moçambique, a construção da nação, da identidade nacional, ou seja, da *moçambicanidade*<sup>4</sup>, segue tais preceitos, buscando a

---

<sup>4</sup> O termo moçambicanidade segue o sentido expresso por Paredes. Constitui, assim, “um processo de partilha de signos e valores de identidade coletiva sediados em escala nacional, por um lado, e legitimados juridico-politicamente pelo Estado, por outro” (PAREDES, 2014, p. 156). Expressa, deste modo, a condição de nacionalidade de Moçambique.



modernização da sociedade pós-independência, e a aplicação de um projeto que, apesar das aproximações com o caso europeu, contém elementos originais.

Sobre a construção da nação moçambicana, o sociólogo Elísio Macamo tece importantes considerações em seu trabalho *A Nação Moçambicana Como Comunidade de Destino* (1996), no qual expõe algumas ideias fundamentais para pensar o nacionalismo moçambicano, o papel da Frelimo como promotora desse projeto e o modo como a ideia de modernidade está inserida nesse contexto. O autor traz à tona a perspectiva complexa de se debruçar sobre o caso moçambicano, denunciando abordagens rasas e maniqueístas sobre o caso, crítica que tange toda a estrutura de sua obra. Nesse sentido, suas observações se apresentam relevantes para análise da sociedade moçambicana, assim como de qualquer outra sociedade. Feita a observação, cabe salientar alguns pontos pertinentes expostos pelo autor na referida obra.

Macamo traz como contraponto para o debate a análise de Michel Cahen e a conceitualização feita pelo autor sobre a nação moçambicana<sup>5</sup>, a começar pela indagação feita por Cahen sobre a inexistência de Moçambique. Apresentaremos aqui alguns argumentos utilizados por Cahen na sua tentativa de justificar a “invenção” de Moçambique e o porquê desse projeto ser colocado em dúvida, assim como reiterar a análise de Macamo sobre o tema, que perpassa pelos conceitos de *nacionalismo*, *modernidade* e pela própria construção da *moçambicanidade*.

Em primeiro lugar, de acordo com a argumentação de Cahen, a existência de Moçambique é colocada em *xequê* embasada em dois pilares principais: o primeiro argumento que sustenta sua hipótese diz respeito à criação de Moçambique vinculada aos interesses econômicos do império português, que estabeleceu, assim, sua territorialidade, sem que seus habitantes possuíssem consciência comunitária devido à diversidade étnica encontrada no território sob domínio colonial (MACAMO, 1996, p.357). Em seu segundo argumento, o autor critica a camada dirigente promotora do movimento de independência, pois, segundo ele, ela colocou sua visão de país para a construção do projeto nacionalista em Moçambique. Essa camada dirigente mostra-se, assim, produto direto da colonização, diferenciando-se do restante da população, “crioulos, portanto, alienados e descontentes, decididos a impor sua

---

<sup>5</sup> Macamo estabelece as críticas em contraponto ao trabalho de Cahen “Mozambique, Histoire géopolitique d’un pays sans nation”, Lusotopie, Paris, L’Harmattan, 1-2, 1994, pp. 212-266.

visão da condição do país, ela também ditadas pelas circunstâncias” (MACAMO, 1996, p.357).

Retornando à argumentação, Macamo julga vago e genérico o caráter da abordagem de Cahen ao tentar justificar a “inexistência” da Nação Moçambicana, contida nas considerações do autor de que não haveria “consciência nacional por parte da larga maioria da população, ou nação como o culminar dum longo processo histórico de justificação das fronteiras coloniais” (MACAMO, 1996, p. 358). Os equívocos da análise de Cahen são confrontados por Macamo a partir de uma breve consulta à historiografia que se propôs a compreender o fenômeno nacional.

Buscando deslegitimar a primeira consideração de Cahen, que diz respeito ao não reconhecimento da maioria da população, ou à falta de sentimento comunitário da larga maioria de seus habitantes, Macamo demonstra que mesmo na Europa Moderna, nos países que já há algum tempo estavam constituídos como Estados Nacionais (ex. de França e Itália), havia, em meados da Primeira Guerra, sentidos de não-pertencimento à nação por parte dos habitantes daqueles territórios nacionais, principalmente por conta dos males ocasionados pela guerra.

Macamo não discrimina que o projeto de nação moçambicana seja resultado da ação de uma minoria que constitui a camada dirigente no poder, afinal, como já adverte Hobsbawm, “as nações são, fenômenos duais, constituídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas” (HOBSEBWM, 2013, p.19). O que Macamo incrimina é o esforço retórico de Cahen em afirmar que há Estados Nacionais genuínos, como, por exemplo, a nação francesa ou italiana, constituídos pelo “processo histórico”, e não de uma nação moçambicana, incriminando a tautologia implícita na reflexão de Cahen de que “*só é nação aquilo que já é nação*” (MACAMO, 1996, p.358). O que importa para a construção do nacionalismo é a construção permanente do mesmo. Macamo segue esta premissa com o mesmo rigor e de forma similar ao paradigma teórico de Benedict Anderson para a construção das *comunidades imaginadas* (ANDERSON, 2008).

Cabe ressaltar que, do mesmo modo como a construção da nação segue com a afirmação e construção constante dos signos compartilhados pela comunidade imaginada, não se deve deixar de lado a ingerência do fator econômico para o sucesso do projeto, visto que,

para seu êxito, as necessidades básicas de boa parte da população devem ser asseguradas, pois, nas palavras de Macamo “o sucesso ou não do aparelho estatal na criação dum quadro institucional dentro do qual os cidadãos possam resolver os seus problemas individuais determina também o sucesso de qualquer projeto nacionalista” (MACAMO, 1996. p. 359). Dessa forma, Macamo, considera que há uma relação delicada entre um projeto nacionalista e a satisfação da população em relação à obtenção de suas necessidades, consideração válida para se refletir sobre as dificuldades enfrentadas pela Frelimo após a guerra de libertação<sup>6</sup>.

Cahen busca deslegitimar o projeto da Frelimo pela falta de inclusão étnica na construção da nação, tendo assim seu projeto sido constituído por uma minoria (os *assimilados*<sup>7</sup> do sul do país), uma camada intelectual que não levou em consideração a diversidade étnica da maioria da população para a promoção do projeto nacional. Sobre isso, Macamo salienta que

reprovar o projecto nacionalista da Frelimo com base no facto de este ser estranho ao povo —aos indígenas —afigura-se supérfluo, pois em nenhum ponto do mundo os camponeses, ou as populações rurais, ou mesmo a população iniciou um movimento nacionalista. *Foram sempre as elites*, não importa sob que capa, que inventaram as nações e, no processo, respondendo a preocupações pontuais das massas, envolveram o resto das populações (MACAMO, 1996, p. 361).

Pode-se notar, a partir das palavras de Macamo, que há um ideal de nação construído “por cima”, ou seja, pela camada dirigente do Estado, que sistematiza sob a sua ótica os referenciais simbólicos que formarão a identidade nacional da Nação Moçambicana; porém, não depende apenas da elite governamental a manutenção do aparato estatal. Assim como afirmou Hobsbawm, é essencial compreender o dualismo existente entre os interesses e as aspirações do Estado e da população (HOBSBAWM, 2013). Assim, Macamo aceita que há controle do projeto da nação moçambicana por parte da elite dirigente, porém, compreende que “o projeto nacional mantém relativo suporte na manutenção dos interesses da população e

---

<sup>6</sup> Refere-se à Guerra Civil no país (1975-1992). Acredita-se que o conflito prolongado tenha sido um fator relevante para o colapso da estrutura de governo marxista-leninista da Frelimo, porém, que não deslegitima a influência que teve no Estado-Frelimo para a promoção da identidade nacional no país.

<sup>7</sup> Criado pelo regime colonial, o indivíduo *assimilado* não possuía os mesmos direitos que os brancos, porém estava incluso nos códigos civis das províncias ultramarinas portuguesas como indivíduos que “havia conseguido se emancipar dos seus ‘usos e costumes’ adquirindo assim, valores culturais portugueses” (MACAGNO, 2009, p. 21).

na obtenção de necessidades básicas asseguradas” (MACAMO, 1996, p. 359), sendo esse um dos fatores que determinam o sucesso ou não de um projeto de Nação.

A questão nacional, essencialmente ao que cabe a análise do caso Africano, é bastante complexa e se mostra um grande desafio intelectual se debruçar sobre o tema. Acredita-se que, para essa análise, a problemática da modernidade em África e em Moçambique deve ser verificada conjuntamente com as convulsões internas, que desestabilizam a nação. Essas tensões se inserem como fator determinante para a compreensão da modernidade em África e na construção da moçambicanidade, pois, como afirma Macamo, “Moçambique é um conceito moderno, e é sob essa ótica que o projeto nacionalista deve ser visto” (*Idem*, p. 362). Ela tem relação intrínseca com a intervenção colonialista europeia e é resultado da necessidade de interrogação da realidade, imposta pela complexificação de suas condições objetivas. Nas palavras de Macamo, a modernidade é a

complexificação da realidade social a partir da tensão que os indivíduos estabelecem com o meio social em que estão inseridos. Neste sentido a integração de África no sistema mundial e as tensões que o continente estabeleceu com o paradigma da modernidade revelam-se como condições objetivas da reflexão sobre a constituição da realidade e estas condições objetivas obrigam-nos a interrogarmo-nos sobre elas (MACAMO, 2002, p.7 apud LIMA, 2016, p. 40).

A conceitualização de modernidade para Macamo não corresponde, assim, à assimilação do sistema valorativo europeu, mas seu contato forçado com o mesmo cria a necessidade de interrogação sobre sua realidade. O pensamento formado a partir desse contato, segundo o autor, acaba por fomentar a reflexão dos Africanos sobre seu futuro, ao passo que incentiva a reflexão sobre sua realidade objetiva gerada pelas tensões sociais e podem contribuir para a construção de um futuro para África. (LIMA, 2016). Desse modo, acredita que é possível, a partir desse processo de interrogação, refletir sobre a realidade da Nação Moçambicana. O autor não se opõe à modernidade, ou à ciência, pelo contrário, acredita que seus paradigmas constituem ferramentas para compreender a realidade Africana, na medida que os seus conceitos são capazes de revelar os movimentos intrínsecos aos objetos analisados. Desse modo, afirma que "nós temos que insistir em que o que nós fazemos está dentro daquilo que deve ser feito [...] nós estamos a fazer ciência" (MACAMO, 2009, p.16 apud LIMA, p. 36).

Cabe ressaltar que, para Macamo, a modernidade não tem autores, é um processo universal que se manifesta de forma diferente em diferentes realidades. Pensa, assim, que não há apenas a modernidade europeia, mas que o contato desta com diferentes culturas acaba criando múltiplas modernidades (LIMA, 2016). Assim, Moçambique é um conceito moderno, pois é resultado das condições históricas, e esse contato, “ao complexificar as relações que os africanos estabeleciam com as suas instituições tradicionais, acabou por gerar uma reflexibilidade tipicamente moderna” (LIMA, 2016, p. 63-64).

A contribuição de Macamo para reflexão do que constitui o *modus operandi* do saber africano, como resultado das tensões sociais ocasionadas pelo contato com a modernidade europeia, vincula-se com a afirmativa de que o continente Africano produz conhecimento, partindo de prerrogativas modernas, o que contribui para desmistificar o que está impregnado no imaginário ocidental: que os Africanos são diferentes. Constrói, assim, um discurso de igualdade "que passa pela afirmação de que todos podemos realizar os mesmos feitos" (LIMA, 2016, p. 38). Essa premissa encontra sua similaridade nas críticas que tece sobre as ideias de Cahen expostas anteriormente sobre a construção do Estado Moçambicano, essencialmente no que diz respeito à *autonomia* dos Moçambicanos em realizar seus projetos, modificar suas realidades e construir seu futuro. O que preocupa o autor é o modo como os próprios moçambicanos lidam com a modernidade, ou melhor, “de que forma esta (sociedade) reinterpreta determinados preceitos e cria uma realidade singular, fruto da interação entre os próprios moçambicanos” (LIMA, 2016, p. 75).

Como se pôde observar, há muito o que se refletir sobre a problemática da modernidade em Moçambique. As contradições geradas pelo contato entre seu sistema valorativo de ideias e os saberes específicos das diferentes sociedades acabou gerando, segundo o pensamento de Macamo, múltiplas modernidades. Seguindo tal premissa, se gostaria de estabelecer um paralelo entre o pensamento de Macamo, essencialmente no que diz respeito à *comunidade de destino moçambicana*, e o projeto de construção da identidade nacional moçambicana, para pensar no papel das instituições educacionais criadas e geridas pela Frelimo e na utilização dos manuais didáticos como instrumento constitutivo das premissas de pertencimento da nação moçambicana. O *manual didático* cumpriria um papel fundamental para a formação político-ideológica do povo moçambicano no período posterior ao processo de independência.

Durante a trajetória percorrida para a conquista da independência, a FRELIMO se estabelece como grande força capaz de libertar Moçambique do colonialismo português. Na medida em que avança a luta de libertação, o grupo molda as bases nas quais irá repousar a nação moçambicana. Seu arcabouço identitário passará por nuances até a construção de sua identidade nacional baseada nos valores atribuídos ao *Homem Novo Revolucionário*, já sob governo do líder revolucionário Samora Moisés Machel. Com efeito, para que seu projeto avançasse, necessitava-se reescrever a história do país, que até então realçava os grandes feitos dos portugueses, sendo assim, uma história iniciada pelo contato com o europeu. Essa história, que legitimava a presença do colonizador, na qual, nas palavras de Fanon, “o colono faz a história. Sua vida é uma epopéia, uma odisseia. Ele é o começo absoluto: ‘Esta terra fomos nós que a fizemos’ (...) ‘Se partirmos tudo estará perdido’.” (FANON, 1979, p. 38). A partir de então, o intento de escrever uma história nacional mostrava-se fundamental para a libertação: uma ferramenta político-ideológica de emancipação.

Concomitante aos ataques frequentes às estruturas que suportavam a administração colonial portuguesa, o *Centro de Formação do Homem Novo*, em *Nashingwea* (Tanzânia), constituía-se como base de treinamento e de estratégias de luta da FRELIMO, bem como local de “laboratório experimental” para formação do *homem novo* (CABAÇO, 2007, p.412). Utilizado como base desde a fundação da FRELIMO, em 25 de junho de 1962, o local fora fundamental para a afirmação do projeto unitarista. Em *Nashingwea*, os guerrilheiros, vindos de todos os cantos de Moçambique, recebiam treinamento militar e formação intelectual, voltada à proposta identitária do grupo guerrilheiro. Essa proposta “repudiava o ‘colonial’, o ‘tradicional’ [...], preconizando a gradual convergência de identidades dos diferentes grupos etnolinguísticos numa realidade ‘modernizadora’” (CABAÇO, 2007, p.410). Pode-se verificar que a experiência da FRELIMO, desde sua formação na Tanzânia, parece ter influência nos projetos da construção nacional, sendo construído ideologicamente de forma paulatina durante o processo histórico da luta de libertação nacional. Machel chama atenção para a importância de *Nashingwea* na constituição dos princípios da identidade do povo moçambicano, quando afirma que “política e militarmente foi forjada a unidade, a partir de um pensamento comum, consciência patriótica de classe. Entramos como *Macondes, Macuas, Niajas, Manicas, Shanganas, Ajauas, Rongas, Senas*; saímos *Moçambicanos*” (MACHEL, 1981 *apud* THOMAZ, 2008, p.181).

Como forma de mobilizar os demais moçambicanos para guerra de libertação, a força motriz passa pela construção do *homem novo revolucionário*, o impulso para a construção de

uma nova sociedade, desgarrada dos vínculos com o passado colonial. Essa figura, idealizada por Samora Machel, aparece com substancial importância em seus discursos, a partir de 1970 (MACAGNO, 2009, p.21), nos quais coloca a necessidade de “Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria” (MACHEL, 1973), mostrando sua preocupação com a utilização das instituições educacionais do Estado para a unidade do povo. Os paradigmas a serem seguidos, manifestados em seu discurso na 2ª Conferência do Departamento de Educação e Cultura (DEC) da FRELIMO, constituem um projeto de nação visando sua unificação, partindo da criação de uma nova mentalidade, na qual se sobressai o ímpeto de “formular os métodos que nos parecem mais correctos, para enfrentarmos com sucessos os problemas, dentro de uma perspectiva revolucionária” (MACHEL, 1973, p.2). A *perspectiva revolucionária*, almejada pelo líder guerrilheiro, mostraria sua ramificação também no campo do Ensino de História do país.

Desse modo, com o objetivo de reescrever a história em sua perspectiva Africana e com o intuito de fortalecer o imaginário nacional entre os povos de Moçambique, o DEC publica, em 1971, o livro didático intitulado *História de Moçambique*, pela editora Afrontamento. De acordo com Fabia Ribeiro, a publicação desse livro marca não apenas um momento de afirmação de uma história moçambicana, como também afirma que

a divulgação deste material e seus usos nas escolas das zonas libertadas tenham servido para abalar os últimos alicerces que sustentavam uma administração colonial em agonia de morte. Certamente a sua repercussão e a independência que batia às portas, teriam motivado os professores repensar o currículo de História (RIBEIRO, 2015, p. 44).

Pode-se considerar a publicação desse periódico como um marco para o Ensino de História Moçambicano, pois motiva a escrita da História da Nação de acordo com as necessidades impostas pelo processo revolucionário (RIBEIRO, 2015), sendo uma ferramenta para a autoafirmação dos moçambicanos, ainda durante a Guerra de Libertação Nacional. De acordo com Ribeiro, a respeito da introdução da publicação mencionada, o que antes era escrito como um “relato da colonização portuguesa”, passa agora a ser contada pelo “ponto de vista moçambicano”, apontando assim, um novo modo de escrever a história, desta vez a partir de um “método revolucionário” (RIBEIRO, 2015, p.43). Ribeiro salienta a ação dos educadores moçambicanos, ainda durante a guerra de libertação, em promover nas escolas o ensino de uma “história verdadeiramente moçambicana” (*Ibidem*, p.44), quando descreve uma saída de campo de um grupo de professores com seus alunos, em fins de 1974, na qual os

docentes se preocupam em despertar sentimentos patrióticos pela nação, cantando cânticos populares e promovendo ensinamentos sobre a História da Nação. Essa atitude demonstra, segundo a autora, a intenção de consolidação da unidade, através de sentimentos de pertencimento, entre os diversos povos presentes no território moçambicano, ou seja, o embrião da *moçambicanidade* (RIBEIRO, 2015).

Com o fim da Guerra de Libertação em 1975, a Frelimo se estabelece como partido único, assumindo a linha *marxista-leninista*<sup>8</sup> para organização e manutenção do poder do Estado. Sob a liderança de Machel, o país assumirá a responsabilidade de criar a nação e desenvolver o país. Neste percurso, a Guerra Civil (1975-1992), representa uma grande dificuldade para a aplicação do projeto socialista no país, visto que, em resposta ao projeto socialista liderado pela Frelimo, o governo sul-africano buscará desestabilizar seu vizinho, dando apoio técnico e logístico à Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). O embate entre as forças do governo e a Renamo impulsiona as estratégias de ambos os lados para a obtenção de seus objetivos.

Em 1983 ocorre, por ocasião dos rumos seguidos pela Guerra Civil, uma mudança significativa na estratégia para a formação do novo cidadão moçambicano. Enquanto a Renamo visava adquirir a simpatia da população através da cooptação dos *chefes tradicionais* das localidades, negligenciados pela nova organização política estatal, a cúpula da Frelimo planejava dar um passo a mais na estratégia político-ideológica para adesão da população moçambicana.

A Assembleia Popular do Governo aprova, em 1983, a Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE), diploma legal responsável pela criação da nova metodologia educacional moçambicana. No documento oficial, assinado pelo então presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, ficam explícitos os caminhos que pretendem percorrer para a construção de uma nova sociedade, rompendo com os conhecimentos herdados do colonialismo português, bem como com os conhecimentos tradicionais dos povos moçambicanos. Em resposta aos anseios do governo da República, o documento concebe que

a luta armada de libertação nacional representa a expressão mais alta da negação e ruptura com o colonialismo e as concepções negativas da

---

<sup>8</sup> Por ocasião do III Congresso da Frelimo, ocorrido em 1977, o partido assume oficialmente sua linha, voltada à concepção *marxista-leninista* de poder, considerada por alguns autores como “linha mestra para a organização de seu projeto de construção nacional” (NEWITT, 2002; THOMAZ, 2008; MALOA, 2011 *apud* PAREDES, 2014, p.148).



educação tradicional. É no interior desta luta, no seio da Frente de Libertação de Moçambique, que surge a nova concepção. Ela nasce do combate das massas populares na luta contra a opressão e a exploração, no processo de criação da nova sociedade livre de qualquer forma de dominação (MOÇAMBIQUE, 1983, p.13). (grifos nossos).

A adesão ao *marxismo-leninismo*, como modelo político para gestão da nova nação moçambicana, tornou, no que diz respeito à construção do seu nacionalismo, um dos casos mais particulares entre os nacionalismos Africanos. A figura do *homem novo* constitui um elemento particular do caso moçambicano, evidenciando a complexidade do estudo da construção dos nacionalismos em África. A configuração do homem novo para o socialismo em Moçambique difere-se também de casos da construção de outras nações, as quais também adotaram modelos socialistas de administração. Um bom exemplo é o da Tanzânia, do presidente socialista Julius Nyerere, que, mesmo tendo contato íntimo com o processo de libertação moçambicano, por conta da importância da base de *Nashingwea* na formação dos ideais de luta, “advogava certo socialismo tradicionalista africano” (PAREDES, 2014, p. 145), evocando traços étnicos para a construção da identidade nacional. Em Moçambique, a construção da *moçambicanidade* está intrinsecamente ligada ao projeto de formação de novos indivíduos, e o Governo tem em mente que, “na construção da sociedade socialista o sistema de educação deve, no seu conteúdo, estrutura e método, conduzir à criação do Homem Novo” (MOÇAMBIQUE, 1983, p. 13).

Como se pôde observar no fragmento selecionado da SNE, os vínculos indesejáveis com o passado das sociedades pré-coloniais e com a sociedade colonial deveriam ser distanciados, como afirma Sérgio Vieira, um dos membros da FRELIMO. Segundo ele, “... o *racismo*, o *tribalismo* ou o *regionalismo*, como dizia Samora, combatiam-se com as mesmas armas que o *colonialismo*. Matar a tribo para fazer nascer a Nação também constituía, e constitui, um princípio diretor da revolução moçambicana” (VIEIRA, 2011, p.185.apud: PAREDES, 2014, p.145). Este embate entre a educação tradicional —o papel dos líderes das localidades —e o projeto da Frelimo pode ser considerado como impulsionador da modernidade em Moçambique.

A Lei do Sistema Nacional de Educação está vinculada, nesse sentido, a uma etapa fundamental para a formação da nação, ou, aproximando-se à visão de Macamo, à concepção de *comunidade de destino*. Suas demandas enfatizam um projeto nacional de desenvolvimento moderno, lançando três grandes objetivos para esse fim: “(i) a erradicação do analfabetismo;

(ii) a introdução da escolaridade obrigatória, (iii) a formação de quadros para as necessidades do *desenvolvimento econômico e social e da investigação científica, tecnológica e cultural*” (MOÇAMBIQUE, 1983, p.13) (grifos nossos). Possui, assim, a pretensão de *modernização* da sociedade. A marcha do *nacionalismo* e a *modernização* seguida pelo projeto da Frelimo acompanha esse ímpeto.

Do mesmo modo, tendo como finalidade o combate contra as “tendências divisionistas”, como o *tribalismo* ou o *regionalismo*, por exemplo, a adoção do português como língua oficial em todo o território moçambicano se tornaria importante para a construção da *moçambicanidade* (MACAGNO, 2009). Segundo Macamo, a adoção do idioma português como língua nacional não possui nenhuma controvérsia. Sua escolha teria sido efetuada a partir das necessidades organizacionais das estruturas do Estado, visto que já era o idioma utilizado para tanto. Afirma que “não existe em Moçambique uma única língua capaz de rivalizar com o português no facilitamento da comunicação oficial, administrativa, educacional [...]” (MACAMO, 1996, p.362). A utilização do idioma português foi instituída nas publicações didáticas distribuídas para a área da educação no país, preocupado, ao instituir suas políticas educacionais, em “transformar as escolas numa base revolucionária, ativa na sociedade [...] intensificando o treinamento revolucionário, político e ideológico de professores e estudantes” (TORP, 1989, p. 87 *apud* VISENTINI, 2012, p. 110). O Manual Didático, assim, constitui-se como uma ferramenta importante para disseminação dos ideais da nova nação, sendo necessário, para uma análise mais aprofundada, entender de que modo

veiculam um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é emanção: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude (CHOPPIN, 2002, p.14).

Desse modo, irá se buscar a apropriação dos traços de pertencimento estabelecidos pela SNE, na construção dos novos indivíduos da nação, partindo da análise do manual didático *A História da minha pátria - 5ª classe* (NEGRÃO, J. et. Alii, 1983). Concebido para se tornar referência à unidade de Moçambique, tão diversa etnicamente, acredita-se que é possível abordar o Manual como um documento histórico, tomando, portanto, as devidas precauções para tanto. Sua narrativa libertadora constitui a construção ideal do “povo moçambicano” para a construção do *homem novo*. Refletir sobre a construção da *moçambicanidade*, levando em consideração a utilização da educação e suas instituições para a construção da identidade nacional e analisando-a partir da análise do Manual Didático como

um de seus elementos dinamizadores, pode trazer alguns apontamentos para a compreensão das bases nas quais repousam o nacionalismo de Moçambique.

### **1.1. Breve análise da produção de conhecimento em Moçambique no pós-independência**

O ímpeto modernizador demonstrado pelo projeto de nação da Frelimo vincula-se a produção de conhecimento levada a cabo pelas instituições estatais de educação e pesquisa moçambicanas. Da trajetória de produção de conhecimento do país, exalta-se como exemplo os grupos de pesquisadores que atuavam pelo Centro de Estudos Africanos (CEA), criado em 1976, vinculado a Universidade Eduardo Mondlane (UEM). De acordo com Fernandes (2013), “fundada” em meio ao fervor revolucionário, a UEM demonstra a preocupação em se desvincular dos laços que ligavam à concepção de ensino superior herdada pelo passado colonial. O distanciamento com este passado está explícito na mudança de nome da universidade, denominada Universidade Lourenço Marques até maio 1976, demonstrando que “esta modificação marcava simbolicamente a tentativa do poder político efetuar uma ‘ruptura completa com o passado colonial’ e impor uma nova concepção de ensino superior. Uma universidade popular a serviço da sociedade moçambicana “rumo ao socialismo” (FERNANDES, 2013, p. 13).

Nos primeiros anos após a independência do país, Moçambique passou por muitas dificuldades. A transição de governo que colocou as estruturas de poder efetivamente nas mãos da Frelimo, entre setembro de 1974, até a completa independência política em 25 de junho de 1975, foi marcada pela evasão de profissionais especializados de diversas áreas, assim como a “fuga massiva da população branca e de mão de obra qualificada” (VISENTINI, 2012, p. 97). No que diz respeito ao ensino, “houve o êxodo maciço de professores universitários portugueses, como de estudantes, criando uma crise total na única instituição de ensino superior existente” (FERNANDES, 2013, p. 12-13). É neste sentido que se revela importante para o Estado ter uma instituição de ensino voltada para a formação dos indivíduos. A UEM, assim como o Centro de Estudos Africanos, revela-se incumbido no objetivo de formação de quadros profissionais e técnicos para o desenvolvimento do socialismo no país. Suas pesquisas serão importantes para o Estado promover seus projetos voltados ao desenvolvimento econômico e à produção de conhecimento histórico em Moçambique.

O Centro de Estudos Africanos representa a vanguarda de produção de conhecimento em de Moçambique. Neste sentido, ao investigar a relevância do projeto para a legitimação do Estado moçambicano, Carlos Fernandes reconstrói os passos do CEA com o objetivo de elucidar também a trajetória dos “intelectuais orgânicos” que formaram seu quadro profissional durante o período marcado pelo projeto da construção do socialismo no país (FERNANDES, 2013). Os estudos do CEA procuraram, para efetivar o almejado projeto socialista, vincular a produção de conhecimento à prática revolucionária, ou seja, voltar a pesquisa efetuada na UEM, e no CEA, à mudança social. Para isso contou com a participação de intelectuais militantes, forjados pela luta anticolonial, como Aquino Bragança, primeiro diretor do Centro de Estudos Africanos em 1976. Importante ressaltar que se observa durante o período uma grande contribuição de intelectuais oriundos de outros países, o que demonstra a esperança depositada na construção do socialismo em Moçambique. Os profissionais atuantes do CEA formavam assim,

um grupo político engajado na transformação radical das condições sociais da população, dando ênfase particular ao papel da ciência na transformação das mentalidades, na construção de uma nova historiografia moçambicana, livre da visão do mundo colonial, e no uso da ciência para a revolução social e econômica (FERNANDES, 2013, p.17).

No âmbito do resgate histórico, o CEA fora responsável pelas publicações de periódicos voltados para a abordagem das problemáticas contemporâneas de Moçambique, advindas dos estudos realizados pelo grupo Oficina de História, criada em 1980 por Aquino Bragança. É o caso das revistas *Não vamos esquecer!*, publicada esporadicamente a partir de 1983, e a *Estudos Moçambicanos*, de 1980, de tiragem semestral, que tinha a intenção de “pensar Moçambique no contexto da África Austral” (FERNANDES, 2013, p.21). Sobre esta última, sua abordagem crítica contribui para a reflexão do processo de construção do conhecimento histórico moçambicano.

Denunciando as abordagens teleológicas sobre a historiografia tradicional sobre a Frelimo e a sua ligação com a Guerra de Libertação Nacional, em 1986, Aquino Bragança e Jacques Depelchin publicam, na revista, o texto *Da idealização da Frelimo à compreensão da História de Moçambique* (BRAGANÇA e DEPELCHIN, 1986), no qual deixa explícita sua preocupação em “analisar as atuais contradições da Frelimo, a partir de sua própria história no quadro da história da própria sociedade moçambicana” (BRAGANÇA e DEPELCHIN, 1986, p. 32). Esta posição indica a vontade de promover uma renovação epistemológica para

fundamentar o nacionalismo moçambicano. Os autores argumentam que mesmo que houvesse a contribuição para a formação dos quadros do governo do Estado, longe de ser ufanista, sua inquietação repousava na problemática de “como se irá combater a propaganda ideológica da direita, sem produzir uma história-propaganda, cuja utilidade será limitada à função de contra-ideologia, é a questão que levantamos” (BRAGANÇA e DEPELCHIN, 1986, p.35). A questão fundamental sobre a essência da produção de conhecimento estava na necessidade de “formular novas perguntas, escrevendo deste modo a história da Frelimo à vez das contradições que existem no seio da sociedade moçambicana contemporânea” (FERNANDES, 2013, p. 37).

Do mesmo modo, vinculado à Universidade Eduardo Mondlane, o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), que outrora possuía sua estrutura herdada do período colonial, têm sido administrado pelo Estado moçambicano desde a transição de governo, em 1974. Nos primeiros anos após o processo de independência, a administração do Arquivo mostrou-se preocupada em romper os laços existentes com o ensino de história de África do período colonial, assim como alterar a função da instituição que não tinha uma função predominantemente voltada ao ensino de história moçambicano, visto que “era pouco consultado por professores e estudantes pois ele tinha muito pouco a ver com os programas de ensino (mesmo os curricula [sic] do curso de História), pois em todos os níveis do ensino estavam em vigor os programas aprovados para o ensino de Portugal” (COSTA, 1995, p.493).

Moçambique àquela altura buscava alterar o modelo crivado pela “historiografia triunfante” portuguesa. Para isso o AHM voltou sua atenção a sua própria história, concatenando o *trabalho arquivístico*, a *pesquisa histórica* e o próprio *ensino da história moçambicana* (COSTA, 1995). A função tríade do Arquivo se deve, primeiramente, as circunstâncias em que a crise do setor educacional estava inserida no pós-independência e a busca empreendida pelo Estado em formar um quadro profissional adequado para a efetivação do seu projeto de nação e uma concepção própria para a história e ensino de história de Moçambique. De modo a possibilitar condições mais adequadas para o trabalho sobre os materiais, o Arquivo Histórico de Moçambique se transfere, em 1976, para a UEM, o que segundo Inês Costa, propiciou “à criação das infra-estruturas indispensáveis ao seu desenvolvimento e se tornar capaz de exercer a dupla função de Arquivo Histórico e Arquivo Nacional” (COSTA, 1995, p.493).

No que diz respeito ao acervo contido no pós-independência, o Arquivo possuía majoritariamente até o momento documentos do período colonial, cabendo aos profissionais, para a construção da história de Moçambique, recorrer à memória do povo. Assim, criaram grupos de “Recolha de Fontes Orais”, pois, como afirma Costa

Sabíamos que a construção da História de Moçambique em bases científicas devia ter como fontes históricas a documentação oficial produzida no nosso país, ou que a ele dissesse respeito, a documentação religiosa, com a sua visão mais humana e social dos acontecimentos e toda a informação que o povo ainda guardasse na memória” (COSTA, 1995, p. 495).

Interessante notar que este setor tem papel importante para a construção da história moçambicana, pois alia o trabalho de análise das *fontes documentais*, e das *fontes orais* para o resgate histórico. Esta divisão esconde uma problemática para a compreensão do modo como a história recente do país independente pôde ser escrita. Como salienta Coelho, ao debruçar-se sobre a problemática da Guerra de Libertação - ou Guerra Colonial (no caso da historiografia portuguesa) -, durante muito tempo buscou-se aproximar as fontes orais como verdadeiras e confiáveis, pois eram relatos dos combatentes e dos camponeses - atores “portadores da verdade”, em oposição à falaciosa documentação colonial (COELHO, 1995). Todavia, segundo o autor, essa dicotomia tem uma razão de existir, pois “o Estado colonial sempre foi um grande produtor de documentos, enquanto que a condição guerrilheira da Frelimo não lhe permitia grandes elucubrações por escrito” (COELHO, 1995, p.101). Se formou, deste modo, uma dualidade expressa de um lado no modo burocratizado de comunicação do Estado colonial e de outro na experiência imposta pelas condições objetivas abertas pelo conflito, da comunicação oral por parte da guerrilha. Em outras palavras, “o lápis e a máquina de escrever eram o instrumento por excelência do funcionário colonial, enquanto que a oralidade (e por que não?) o tambor eram o meio de comunicar da guerrilha” (COELHO, 1995, p.101-102).

Até o ano de 1994, segundo Costa, o AHM possuía 1.129 horas de gravação de relatos pelo setor de *Recolha de Fontes Orais para a História*, e um grande número das mesmas “já transcritas e traduzidas para português, das línguas Tsonga, Ronga, Xstwa, Cope, Bitonga, Macua, Lomwé, Yao, Nyanja, Maconde e Swahili” (COSTA, 1995, p. 496). Pode-se observar, a relevância para a construção da história de Moçambique contemporâneo a utilização dos relatos que dizem respeito às experiências dos indivíduos que compõem a diversidade cultural dentro do Estado moçambicano.

Busca-se com esta breve observação, notar que a produção de conhecimento histórico de Moçambique independente contou com a articulação das instituições de ensino do Estado. A ideia era a de que, para romper com as estruturas herdadas do período colonial seria necessário repensar as formas de abordagem da história e do ensino da História do país. Parece-nos digno de nota que mesmo havendo grande ligação com o governo da Frelimo, as preocupações vão além de afirmar a história do país atrelada à guerra de libertação protagonizada pela guerrilha de liderada por Eduardo Mondlane e, posteriormente, Samora Machel. Como salienta Fernandes, em se tratando do caso do CEA, seus profissionais estavam preocupados, na análise histórica, “não procurando dar respostas que apenas reforçassem a ideologia dominante e não fossem baseadas numa crítica objetiva destas mesmas ideologias. Para os autores do CEA, a história oficial tem a tendência a ser uma história teleológica e autojustificativa” (FERNANDES, 2013, p. 37-38). Eles buscam, deste modo, analisar os acontecimentos recentes da história do país de forma crítica no que diz respeito à produção de conhecimento científico (FERNANDES, 2013).

Desta maneira, percebe-se a importância atribuída às instituições citadas para a autoafirmação do Estado independente, devido à preocupação sempre existente em conciliar a produção de conhecimento à transformação social aspirada pela Frelimo, expressa tanto pela tentativa de legitimar o Estado nacional moçambicano, com a publicação dos boletins de pesquisa (como os já citados *Não vamos esquecer!* e os *Estudos Moçambicanos*), quanto pela criação de cursos voltados para a formação de indivíduos qualificados para a construção do socialismo em Moçambique.

## 2. MOÇAMBIQUE NO MANUAL DIDÁTICO A HISTÓRIA DA MINHA PÁTRIA.

### 2.1. A Postura Metodológica do Sistema Nacional de Educação (SNE) e suas implicações nos manuais didáticos

A criação do Sistema Nacional de Educação, em 1983, representa um marco para a nova concepção de Ensino de Moçambique, objetivada pelo projeto nacional da Frelimo. No documento, o novo órgão definia como um de seus princípios, “contribuir para o estudo e a valorização das línguas, cultura e história moçambicana, como objetivo de preservar e desenvolver o patrimônio cultural da Nação” (MOÇAMBIQUE, 1983, p.15).

Narciso Hofisso (1994) põe em evidência as premissas estabelecidas para a nova abordagem, inaugurada em 1983 com a criação do Sistema Nacional de Educação, obedecendo à nova postura metodológica dos manuais didáticos de História. Segundo o autor, a nova abordagem difundida nos manuais didáticos contribui para uma nova prática de ensino, desta vez voltada para os discentes, que possibilite aos mesmos estabelecerem uma nova concepção do seu passado. Para ele os manuais deixam de ser vistos apenas como meios de informação “e passam a se constituir um desafio com vista a criar uma nova prática de ensino que permita ao aluno, a partir do contacto com a realidade, do confronto com as fontes orais, arqueológicas e documentos escritos, *reconstruir o passado*” (HOFISSO, 1994, p. 555) (grifos nossos). Assim, os manuais passam a constituir uma ferramenta essencial para o projeto de construção da *moçambicanidade*, sistematizando em seus conteúdos os “elementos fundamentais do passado do país” (HOFISSO, 1994, p.558). As principais premissas estabelecidas pelo projeto educacional que utiliza o manual didático como ferramenta para a construção da *moçambicanidade*, expostas por Hofisso, buscam “recuperar os traços do passado do seu país, do continente e do mundo a partir do seu ambiente atual” (HOFISSO, 1994, p.558), pretendendo estabelecer uma visão *de* Moçambique para a concepção da história, entendendo as dinâmicas internas das comunidades vinculadas com o contato com o restante do continente e com o mundo. Desse modo, como continua o autor, as dinâmicas “contribuem para a compreensão da história das comunidades” (HOFISSO, 1994, p. 558), sendo que, ao tomar conhecimento das relações específicas da “história, local, nacional, e regional”, os discentes são capazes de desenvolver “sua identidade com a história do país, da região e do mundo a partir da aquisição da consciência do passado” (HOFISSO, 1994, p.558).



Pode-se considerar que a construção da história nacional moçambicana segue uma demanda histórica, como se observa desde as publicações dos manuais didáticos citadas anteriormente e o impulso dos profissionais da educação em “reconstruir” o passado moçambicano. Desta vez, visando escrever a “verdadeira história” de Moçambique, a utilização de outras fontes— como as fontes *orais* e as *arqueológicas*— serão mais necessárias para a construção da moçambicanidade. Rompendo com os laços históricos impostos pela dominação colonialista, a construção da moçambicanidade deveria ser assentada nos acontecimentos advindos do próprio continente, obedecendo aos movimentos intrínsecos da realidade do país, sendo “necessário uma avaliação em profundidade para a reformulação dos manuais ajustada às condições reais de ensino/aprendizagem” (HOFISSO, 1994, p. 555).

Cabe ressaltar, como observa Hofisso, que por muito tempo os livros didáticos buscaram alterar seus conteúdos sem dar muita relevância à mudança *metodológica* dos mesmos, sendo esse um dos impulsos para pensar a instrumentalização do manual didático para esse novo processo de ensino-aprendizagem. Sua elaboração contém como guia algumas premissas fundamentais voltadas ao que considera necessário para o aprendizado das crianças do ensino primário moçambicano. Assim como no caso do CEA e do AHM, a elaboração dos manuais didáticos deveria estar vinculada à necessidade de aliar a *prática* de ensino em sala de aula com a *teoria* voltada para a produção de conhecimento nesta área.

A reconstrução do passado moçambicano pelo manual didático constrói o caráter heroico da Guerra de Libertação pelo povo moçambicano, e busca, desse modo, uma herança com a resistência dos “reis dos antigos impérios” da região, buscando laços que ultrapassam a historicidade para a construção da identidade nacional. Evidente que, para a construção da identidade nacional de um país, em qualquer caso estudado, o pertencimento não necessariamente deva possuir sua ligação com o real. O imaginário comum é, desde a construção do primeiro Estado Nacional, baseado em heróis, lendas, e mitos de fundação. Cabe à análise compreender como o manual instrumentaliza, narra, e estabelece os laços comunitários da população do “Rovuma ao Maputo”<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> No que diz respeito à sentença, do “Rovuma ao Maputo”, rios limítrofes de Moçambique, a expressão também faz referência à “Marcha Triunfal” de Samora Machel com o intuito de simbolizar a unidade nacional.

## 2.2. Resistência e Heroificação

No começo da década de 1970, momento em que a FRELIMO obtém domínio sobre as *zonas libertadas* do colonialismo português, o movimento revolucionário busca instruir a população para a conquista da independência. Como parte do projeto, a “reescrita da história” seria fundamental para a construção da nova sociedade —uma nova escrita que perpassa também pela reescrita dos manuais didáticos. Como já mencionado, o manual de 1971, “História de Moçambique”, editado pelo Departamento de Educação e Cultura da FRELIMO, confrontava a historiografia didática portuguesa, apresentando o “ponto de vista revolucionário” adotado pelos autores (RIBEIRO, 2015).

No que diz respeito ao livro didático *A História da Minha Pátria* (NEGRÃO, 1986), ele era destinado aos alunos da 5ª classe do ensino primário. Sua primeira edição pela República Popular de Moçambique, através do Instituto Nacional de Desenvolvimento Escolar (INDE)\*, data de 1986, com reimpressões em 1995 e em 1997 – que é a data da edição analisada neste trabalho. Nos mais de dez anos que se seguiram a sua redação inicial, foram incluídos novos conteúdos, com acontecimentos do período posterior ao seu lançamento. Pode-se citar os casos do Acordo Geral de Paz de Roma (que estabeleceu o cessar-fogo entre Frelimo e Renamo), de 2 de outubro de 1992, e a preparação para as primeiras eleições multipartidárias de Moçambique (ocorridas nos dias 27, 28, e 29 de outubro de 1994). Isso revela uma das premissas fundamentais do caráter utilitário dos manuais didáticos, cujos usos e funções são perecíveis ao tempo: seus conteúdos e a escolha valorativa contida em sua narrativa pode ser alterada de acordo com a ordem vigente estabelecida. Para o caso moçambicano, esse ponto é de grande relevância devido ao fato de ter sido elaborado ainda no contexto de hegemonia política da Frelimo no comando do Estado. Porém, mesmo com a alteração da ordem econômica da sociedade (de uma sociedade socialista para uma sociedade de mercado), permaneceu em uso, sem muitas alterações, até a segunda metade da década de 1990.

José Negrão divide os conteúdos do manual didático “A História da Minha Pátria” obedecendo a seguinte ordem:

- Cronologia
- Introdução

1. O Povo de Moçambique há muito, muito tempo
2. Reinos e impérios antigos
3. A colonização portuguesa e a resistência do Povo Moçambicano
4. A Luta Armada de Libertação Nacional
5. Moçambique independente

Já em um primeiro olhar, evidencia-se a relevância dada à *resistência do povo moçambicano* ao colonialismo e sua *luta de libertação*, que culminaria na *independência* do país.

Há, no entanto, algo de diferenciado entre os manuais publicados na década de 1970, e os da década de 1980, principalmente no que diz respeito à abordagem e forma de seus conteúdos. Como mostra Conceição (2015), os referenciais marxistas, tão mais explícitos nos manuais didáticos da década anterior, ainda são utilizados como parâmetro para as abordagens, porém não estão postos nos conteúdos. Além disso, os manuais do início da década de 1970, especificamente no contexto do pós-independência, compreenderam um compromisso coletivo. Em entrevista para Conceição, de 19/11/2013, José Luis Barbosa conta que “muitos dos livros didáticos elaborados nesse período em Moçambique, teve (*sic*) como matriz e/ou nasceram de planejamentos de aulas desses professores” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 180).

A relação desses agentes de produção dos manuais didáticos no pós-independência é similar à situação de outros profissionais que, após participarem do processo de independência, ocuparam funções públicas voltadas à educação. Pode-se citar, como exemplo, o caso de Aquino de Bragança, que, após ter participado ativamente da luta anticolonial, coordenou a Oficina de História no Centro de Estudos Africanos da UEM. Como salienta Conceição, não é raro, mas sim uma característica digna de nota, o fato de que “boa parte desses autores terem tido algum tipo de envolvimento na luta anticolonial” (CONCEIÇÃO, 2015, p.180). Dessa forma, é indispensável para a reflexão sobre a produção dos materiais didáticos o estatuto de agência de seus autores, em outras palavras, “os autores de livros didáticos não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente” (CHOPPIN, 2004, p.557). Como salienta Choppin, as intenções desses agentes estão implícitas nas escolhas dos conteúdos, nas suas abordagens, e nos silenciamentos observados no tratamento desses materiais de apoio escolar. Em virtude disso:

o livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados. (CHOPPIN, 2004, p. 557).

No caso moçambicano, percebe-se que no pós-independência diversos profissionais se mostraram comprometidos em alterar a lógica de ensino, assim como a realidade objetiva em que estavam inseridos, e, aliando a *teoria à prática*, buscavam aperfeiçoar as metodologias educacionais com o objetivo de construir o socialismo no país e erigir a moçambicanidade de acordo com os moldes estabelecidos pela camada dirigente do Estado. Para isso, evocam a heroicidade do Povo moçambicano aliada aos exemplos de heróis nacionais, que lutaram desde o princípio contra o inimigo colonialista. De acordo com Fernandes,

o trabalho de heroificação é inseparável da produção de uma memória coletiva de dimensão nacional por parte do Estado e seus agentes. A memória coletiva é, como argumenta Pujadas (1994: 618)<sup>10</sup>, simultaneamente a depositária do conjunto de atributos e símbolos de uma sociedade e um dos instrumentos de legitimação da ordem social dominante. (RIBEIRO, 2005, p.258-259)

O caráter heroico que permeia toda a narrativa do manual didático integra os feitos dos heróis nacionais com a heroicidade do povo moçambicano. O “espírito heroico”, ao qual faz alusão, é evocado essencialmente quando se estabelecem os primeiros contatos com os europeus, narrando que “desde o início os colonialistas portugueses encontraram uma forte resistência dos moçambicanos” (NEGRÃO, 1986, p.23), exaltando que “o Povo de Moçambique resistiu aos colonialistas portugueses” (NEGRÃO, 1986, p.39). Desse modo, coloca a resistência ao colonizador como algo intrínseco ao povo, estabelecendo de forma linear o processo que culminaria na Guerra de Libertação.

Nesse sentido, ao investigar a conceitualização do termo “resistência” nas publicações dos volumes *VII: África sob dominação colonial* (UNESCO, 2010), de 1985, e do volume *VIII: África desde 1935* (CORTEZ, 2012), de 1993, da obra *História Geral da África* (HGA),

---

<sup>10</sup> PUJADAS, Juan J., 1994, “Memória Colectiva e discontinuidade: la contrucción social de las identidades culturales”, Ricardo SANMARTIN (org.), *Antropologia Sin Fronteras: Ensayos em Honor a Carmelo Lisón*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 617-633.

organizada sob os auspícios da UNESCO, Felipe Paiva apresenta as atribuições de sentido do termo, ao contextualizar os períodos de produção e as influências em decorrência da história política do continente para a designação epistemológica do termo *resistência*. O autor busca demonstrar em sua análise que, apesar da utilização comum do termo nos diversos capítulos da obra, a pluralidade de “tendências teóricas e ideológicas entre os autores (...) acaba desembocando em igual multiplicidade conceitual no tocante à definição de resistência” (PAIVA, 2014, p.2), principalmente devido às influências da variedade conjuntural africana durante o seu processo de elaboração. Nessa perspectiva, é possível estabelecer relação entre a produção historiográfica africana do período, tendo como referência a HGA, com a produção do manual didático moçambicano, relacionando-as com a conjuntura em que estava inserida sua produção.

O ambicioso projeto da HGA, iniciado durante a década de 1960, assim como as diversas atribuições estipuladas ao conceito de resistência, buscavam contrapor os lugares comuns estabelecidos até então pela historiografia colonial e, ao mesmo tempo, “devolver ao africano o caráter de agente da sua própria história” (PAIVA, 2014, p.3). Por conseguinte, os primeiros volumes da HGA sentem grande influência em sua elaboração da situação em que estava mergulhado o continente africano no momento, vide que na década de 1960 eclodiram movimentos de Libertação Nacional em boa parte das colônias ainda existentes, o que acarreta na elaboração do volume *VII* do HGA, em “escolhas terminológicas relacionadas ao entorno político do momento” (PAIVA, 2014, p.3). Enquanto na data de publicação do volume *VIII*, já na década de 1990, como evidencia Paiva, a “ideia de resistência havia perdido muito de sua importância nas análises então em curso, em virtude dos diferentes problemas de ordem política, em especial golpes e contragolpes de Estado” (PAIVA, 2014, p. 4), nas décadas anteriores, os autores buscam na resistência a explicação para as Guerras de Libertação e para a emergência dos nacionalismos africanos. Dessa maneira, a utilização do conceito *resistência* terá grande validade no que se refere à autoafirmação do africano, durante os movimentos de libertação, devido a adjetivação positiva atribuída ao termo, estabelecendo a agência africana ante a colonização europeia.

Para análise do caso moçambicano, no que diz respeito à produção do manual didático em questão, as atribuições do conceito de *resistência*, termo referido quase na totalidade da obra, sendo um dos eixos centrais de sua narrativa, obedece ao mesmo vetor seguido pelos autores da HGA no que se refere à continuidade da *resistência*, como aponta Paiva. Verifica-se, desse modo, que tanto no projeto da HGA, quanto para a afirmação da resistência

moçambicana contida no manual didático “A História da Minha Pátria” (NEGRÃO, 1986), a *resistência* está

intimamente ligada ao nacionalismo revolucionário africano, do século XX e, tal como muitos militantes deste último, buscaram traçar uma continuidade entre a fase de expansão colonial do final do século XIX e as guerras de libertação nacional (PAIVA, 2014, p.17).

Evidencia-se, assim, o uso político da *resistência* para a autoafirmação do africano como agente de sua própria história, sendo que a menção constante ao caráter de resistência anticolonial do *Povo* moçambicano é muito valorizada pela Frelimo no manual didático. Do mesmo modo, a utilização da simbologia da resistência a partir da utilização dos chefes tradicionais do local, constrói uma ideia de continuidade de luta, assim

a tradição de resistência fornecia, dessa forma, um valioso substrato simbólico para ajudar a consolidar a ideia de nação, desembocando em um uso anacrônico dos nomes de alguns dos chefes locais africanos da resistência como fundadores diretos ou indiretos de determinada nação. (PAIVA, 2014, p.20).

Não raro, para o projeto de constituição da nacionalidade moçambicana, encabeçada pela Frelimo, será utilizado no manual didático todo o aparato simbólico dos anos de resistência ao colonizador representado pelos povos que tinham sua influência na região antes da chegada dos europeus. Porém, devido ao apelo constante à unidade nacional para a constituição da nação, e o “perigo” representado pelo *tribalismo*, os elementos étnicos são colocados em segundo plano para a construção da identidade nacional, sendo a *resistência*, a *luta*, e a *heroicidade* do *Povo*, os fatores mais explorados para estabelecer o nacionalismo.

Exemplo de resistência, a figura de Ngungunhane, “imperador de Gaza” até sua prisão pelos portugueses em 1895, está inserido no panteão dos heróis nacionais moçambicanos devido à sua resistência ao colonialismo. De acordo com Ribeiro, “Ngungunhane preenchia (...) as condições suficientes para o projeto de construção da nação” (RIBEIRO, 2005, p.266). Como salienta Fernandes, a evocação dos seus feitos foram muito bem aproveitadas pelos agentes da Frelimo, tornando-o o herói mais antigo da nação moçambicana; e, aproveitando a evocação da memória coletiva dos povos de Gaza, transformaram a derrota militar numa “alavanca para a construção da identidade nacional” (RIBEIRO, 2005, p.265). Ao investigar a produção didática colonialista de Portugal, Conceição dá um bom exemplo de como sua

personalidade fora explorada pelos portugueses, expressa em um livro de exercícios “Lições de História de Portugal”, da década de 1950. O exercício em questão ditava: “Em Moçambique, os Vátuas, chefiados pelo terrível \_\_\_\_\_ (a resposta sugerida seria Ngungunyane), são submetidos e castigados pelos portugueses” (Lições de História de Portugal. Província de Moçambique, década de 1950 *apud* CONCEIÇÃO, 2015, p.173). A imagem do líder “terrível”, alcunha atribuída pelos portugueses, altera-se na narrativa didática moçambicana, que busca, conforme Ribeiro, atribuir ao primeiro herói nacional moçambicano apenas suas características positivas, “como a ‘coragem’, a ‘inteligência’, e a ‘liderança’” (RIBEIRO, 2005, p.266). Essas características são explícitas já na década de 1980,

Ngungunyane enfrentou com êxito os portugueses em batalhas sucessivas. Mas a superioridade das armas daqueles, a falta de unidade entre os moçambicanos e a traição de alguns chefes, contribuíram para a prisão de Nygunguyane... (NEGRÃO, 1986, p. 44).

A heroicidade de Nygunguyane só se mostra ineficaz contra o exército colonial português por conta da “falta de unidade” do povo, e da “superioridade das armas” portuguesas. O manual didático constrói, assim, uma narrativa sobre a necessidade de *unidade* entre os povos de Moçambique para a libertação nacional, e, ao mesmo tempo, busca fomentar adesão das novas gerações para a legitimação do projeto da Frelimo.

Assim, tendo respaldo nas ideias de Samora Machel, o regime da Frelimo buscou alianças no âmbito moçambicano. Nesse sentido, cabe exaltar a criação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM). Sua criação, em 1973, ainda durante a Guerra de Libertação, enuncia os caminhos que queria seguir a classe dirigente, com a emancipação das mulheres e seu apoio no processo revolucionário. O manual didático de 1986 mantém como êxito para o país a criação dessa instituição, ressaltando que “a participação da mulher na Luta Armada constituiu uma exigência da própria luta, sem a qual esta não era possível. (...) desde o início a mulher esteve ao lado dos nossos guerrilheiros” (NEGRÃO, 1986, p.86), enfatizada pela criação do Destacamento Feminino, em 1976. Comparada ao universo do manual didático, a referência modesta à OMM parece não corresponder ao discurso grandioso das ideias propagadas por Machel sobre a *libertação a mulher para o triunfo da Revolução* (MACHEL, 1973). Entretanto, a própria inclusão do assunto no material didático, mesmo de forma tímida, sugere a relevância da mulher no contexto moçambicano pós-independência, condizente com a estratégia de luta adotada pela Frelimo. Conforme salienta Visentini, “dentro da estrutura patriarcal existente, tanto na cultura africana tradicional herdada do salazarismo português

entre os segmentos ocidentalizados, propiciar a emancipação da mulher e dos jovens significava obter apoio político ao regime” (VISENTINI, 2012, p. 107).

A Guerra de Libertação constitui o grande momento na construção da narrativa de unidade nacional no manual didático e exemplo de heroicidade do Povo moçambicano. A começar por sua capa —que coloca em evidência Eduardo Mondlane<sup>11</sup> e outros guerrilheiros combatendo o colonialismo, em busca da libertação. Sua figura, como se sabe, fora bastante explorada pela Frelimo, tornando-o um dos principais heróis da nação moçambicana. O primeiro presidente da FRELIMO é descrito como o grande herói, responsável pela unificação de Moçambique independente, nos seguintes termos: “Eduardo Mondlane foi uma figura incansável na luta pela Unidade do Povo Moçambicano e pela libertação de sua Pátria. Foi o construtor da Unidade Nacional” (NEGRÃO, 1986, p. 66). A construção do herói Mondlane, vai além da figura mítica que construíra a unidade do povo moçambicano. Como salienta Ribeiro, a imagem de Mondlane é fabricada, em conjunto com a de Ngugunhane e Samora Machel, constituindo a tríade de heróis inseparáveis do processo histórico de formação de Moçambique. A ele (Mondlane) são atribuídos valores que ancoram o conjunto moral da identidade nacional. Segundo Ribeiro, Mondlane, além de

herói nacional, é também um herói da Frelimo, talvez o mais consensual dos ligados à luta armada, cujos dirigentes se tem encarregado, juntamente com os historiadores e outros configuradores da memória coletiva, de ampliar a sua heroicidade estreitamente vinculada à valores populares (...) Nos discursos e nos textos sobre Mondlane encontramos de forma regular os elementos que a moldam, como a sobrevalorização das origens humildes e a ligação com o povo, a sublimação do papel da mãe, considerada responsável pela inculcação da cultura da revolta contra o colonialismo, e a exaltação da sua personalidade como homem honesto, afável, e trabalhador” (RIBEIRO, 2005, p.18).

---

<sup>11</sup> Eduardo Chivambo Mondlane, nascido em 1920 na província de Gaza, ao sul de Moçambique, tornou-se um dos principais ícones da história da independência do país. Presidente da FRELIMO, desde sua fundação, em 28 de setembro de 1962, exerceu funções políticas importantes a nível internacional - fato que favoreceu a sua eleição como presidente da Frente de Libertação. Graduado em Sociologia pela Universidade de Oberlin (1953), atuou como pesquisador nas universidades de Harvard e de Oberlin (1955). Ocupou o cargo de professor universitário na Universidade de Siracusa em Nova Iorque e atuou como “oficial de investigação no departamento de Curadorias das Nações Unidas, fato que ampliou “seus horizontes sobre os conflitos em curso, e reforçaram as suas ideias sobre a necessidade de combater o colonialismo e a dominação política em Moçambique (SOUSA, 2008, p.156). Sua atuação como funcionário das Nações Unidas fora fundamental para estabelecer contatos com os movimentos nacionalistas africanos. Sua morte prematura, em 3 de fevereiro de 1969, ocasionada pelo atentado promovido pela polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), alterou significativamente os rumos da FRELIMO - que elegeu Samora Machel como presidente do movimento. Sua imagem como mártir da independência será muito explorada para a construção do nacionalismo moçambicano.



Como se percebe, a heroificação de personagens nacionais se faz presente na história de Moçambique ao utilizar símbolos do passado recente para erigir exemplos de luta e resistência heroica da nação. Samora Machel, primeiro presidente do Estado independente, é apresentado no manual didático também como mártir, ao lado da figura de Eduardo Mondlane. Macagno (2009) chama atenção para a simbologia construída em Moçambique em torno de Samora Machel, assim como sua presença no imaginário moçambicano. Demonstra que, apesar das reviravoltas políticas do país,

sua imagem continua a ser reinventada pelos porta-vozes do país, dos grandes rituais nacionais, das celebrações de cultos aos mártires da pátria e, sobretudo, dos murmúrios que ecoam na cidade baixa (o centro de Maputo): ‘na época de Samora não havia corruptos como hoje’; se Samora vivesse não haveria delinquência em Moçambique (...) (MACAGNO, 2009, p. 30)

A presença de Samora Machel no imaginário comunitário de Moçambique diz respeito à relação construída pela Frelimo, ressignificada e mantida até hoje, entre “Samora e o Povo” (MACAGNO, 2009, p.18). Sua morte, em um acidente de avião, enquanto cruzava o espaço aéreo sul-africano, em 19 de outubro de 1986, fez dele um mártir da luta pela independência e exemplo de moçambicano para toda a nação. O manual didático descreve o significado de sua lastimável morte para o povo moçambicano:

O Presidente Samora Moisés Machel, pai da Nação e fundador da República Popular de Moçambique, é símbolo da unidade do Povo Moçambicano, de heroísmo e grandeza, era o melhor filho do nosso Povo” (NEGRÃO, 1986, p. 109).

As atribuições positivas a Samora Machel e a Mondlane têm conexão com as qualidades almejadas na criação do novo cidadão moçambicano, encontrando ligações com os princípios delegados à construção do *homem novo*. Não é coincidência a criação de uma personagem que contrapõe as virtudes imaginadas para o *Homem Novo*. Em contraponto à figura do *homem novo revolucionário*, a Frelimo propagandeou um desenho protagonizado pela figura do *Xiconhoca*, um indivíduo “preguiçoso, individualista, bêbado, corrupto e explorador, situando-se, portanto, nas antípodas do *homem novo*” (MACAGNO, 2009, p.26.). *Xiconhoca* representa o “inimigo interno”, presente nos discursos de Samora Machel, indivíduo presente no meio moçambicano que poderia acabar com a unidade nacional. Completa antítese do *homem novo*, *Xiconhoca* era a favor do *tribalismo*, do *regionalismo*, do

*racismo*, do *imperialismo*, e alheio à *cultura moçambicana*. Fazia parte da campanha da Frelimo, com seu ímpeto moralizante, construído também para a educação da população moçambicana. Porém, a figura do *homem novo*, com o passar do tempo, vai perdendo fôlego, devido a conjuntura pela qual passava Moçambique no início da década de 1980, devido ao fato de que sua idealização, através do discurso de Samora Machel, encontrou barreiras impostas pelas condições materiais de Moçambique naquele momento.

Dessa forma, é possível localizar a produção do manual didático relacionando-a com a conjuntura conflituosa em que se encontrava Moçambique desde o início da década de 1980. A situação débil em que se encontrava o país devia-se, principalmente, ao recrudescimento da Guerra Civil, que impunha ao Estado obstáculos quase intransponíveis para o desenvolvimento econômico e para a mudança social. Do ponto de vista econômico, os ataques constantes da Renamo a pontos essenciais da economia diminuíram drasticamente as capacidades produtivas do país; somando-se a isso os desastres naturais constantes que levaram sua economia —majoritariamente agrária— ao colapso. No período de 1980 à 1983, os ataques constantes da Renamo, cada vez mais violentos à população do país, fizeram com que a Frelimo repensasse suas estratégias de governo.

O IV Congresso da Frelimo, de 1983, buscou solucionar os erros cometidos pelo Estado na década anterior. Na tentativa de solucionar a crise do pós-independência, a Frelimo implantou uma série de medidas para dinamizar sua produção e fugir da dependência econômica com os países vizinhos, principalmente com a África do Sul. Medidas que se tornaram impopulares foram implantadas, como a criação das *machambas estatais*, que visavam desenvolver o campo, partindo do Estado, buscando a criação de emprego para os desempregados do país.

De acordo com Fernandes, as medidas agrárias sancionadas pela Frelimo, além de não levarem em conta o papel do campesinato na produção, obrigavam “os camponeses a deixarem suas *machambas familiares*, seus locais sagrados e de culto e a irem viver de forma comunal” (FERNANDES, 2013, p. 29). Além disso, a política de aldeamento, fomentada pela Frelimo, destituía do poder as *lideranças tradicionais*, delegando a membros do partido o direito de coordenar o processo. Dessa forma, as populações eram afastadas das lideranças tradicionais que, para a classe dirigente, representavam uma ameaça à unidade nacional. Cabe lembrar que, para a Frelimo, o *tribalismo* e o *regionalismo* constituíam, junto ao *colonialismo* e ao *racismo*, os maiores inimigos do Povo moçambicano.

A partir do IV Congresso, a Frelimo coloca em evidência as pautas que objetivavam corrigir os erros da década passada e, de modo a alterar sua estratégia, “decidiu então que a alocação dos recursos deveria se basear num pragmatismo econômico em vez de ser pautado exclusivamente pela ideologia” (BOWEN, 1992, p.261 *apud* FERNANDES, 2013, p.29). Nesse contexto é que, em 1984, com o objetivo de pôr fim ao conflito armado, iniciam-se as negociações entre a Frelimo e o governo sul-africano. O acordo de Nkomati, de 1984, estabelecia o fim das hostilidades entre os dois Estados, diminuindo o poder de ação dos rebeldes da Renamo.

Além disso, outras medidas são tomadas pela Frelimo, medidas essas que culminariam na abertura da economia moçambicana ao mercado capitalista, a começar pela candidatura ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial. Como salienta Fernandes (2013), o acordo de Nkomati é um marco significativo que impulsionou as mudanças econômicas, políticas e intelectuais do país, anunciando “o fim da ideologia marxista-leninista, com a abertura para a economia de mercado e o sistema multipartidário” (FERNANDES, 2013, p. 30). No que diz respeito ao manual didático, as mudanças refletem-se na narrativa que preconiza a Luta de Libertação para a unidade do povo moçambicano como elemento centralizador da identidade nacional pela Frelimo, sendo que, como já referido anteriormente, os referenciais marxistas ainda ancoram as abordagens sem estarem presentes nos conteúdos.

### 2.3. Cultura Moçambicana

O filósofo moçambicano Severino Ngoenha elabora severas críticas a respeito da utilização dos referenciais de pertencimento nacional lançadas pela classe dirigente do Estado moçambicano. Conceição atenta para as considerações feitas por Ngoenha sobre a problemática da identidade moçambicana, ao frisar os “etnocentrismos” existentes no processo de formação da moçambicanidade pela via do projeto da Frelimo (CONCEIÇÃO, 2015). Salienta que, para o autor, “a construção de uma identidade moçambicana assumiu contornos ideológicos, superlativizados nos discursos de construção da ideia de nação, por ele combatido. ‘Matar a etnia para fazer nascer a nação’ (NGOENHA; CASTIANO, 2011, p. 105), constituiu um discurso, sem dúvida, respaldado nas ideias de Samora Machel e foco de inúmeros conflitos” (CONCEIÇÃO, 2015, p.163). Nesse caso, ao privilegiar o discurso de unidade nacional na luta contra o *colonialismo*, o *regionalismo*, e o *tribalismo*, inserido na

linha de pensamento do presidente da Frelimo, Samora Machel e da classe dirigente do Estado, os manuais didáticos encobrem a diversidade existente no território moçambicano, quer dizer, “o discurso da unidade, na escrita sobre a resistência e a conquista da autonomia, ausenta perspectivas de inclusão da problemática dos racismos e das diversidades historicamente marcantes de Moçambique (CONCEIÇÃO, 2015, p.180). Esta perspectiva se mostra presente na produção didática moçambicana. Ao tratar do tema, o manual didático vincula a diversidade existente de forma genérica, apenas como *cultura moçambicana*, relacionando-a à resistência ao colonialismo, retratando-a da seguinte maneira:

Mas, as pessoas nunca deixaram de falar suas línguas maternas. Só alguns “*assimilados*” tinham vergonha de falar o ronga, o macua, o chissena, o chuabo, o maconde ou qualquer outra língua moçambicana. Nas festas das aldeias, as pessoas continuavam a dançar as suas danças, a tocar e a cantar as suas músicas e canções, utilizando os seus próprios instrumentos musicais (...) Assim, os moçambicanos nunca se tornaram portugueses. Eles tinham orgulho de sua cultura e amavam sua terra. Apenas alguns “*assimilados*” insistiam em fingir que eram portugueses”. (NEGRÃO, 1986, p.57) (grifos do autor)

Sobre esse aspecto, acredita-se que são pertinentes as observações de Macagno sobre a “reinvenção da cultura” em Moçambique. De acordo com o autor, o Estado estava disposto a reinventar a cultura, “a chamada ‘moçambicanidade cultural’ deveria, portanto, ser criada e recriada em contraposição à herança cultural portuguesa” (MACAGNO, 2009, p.23). Guiados pelo ímpeto unificador, a Frelimo estava disposta a, além de criar o *Povo*, formar uma cultura híbrida, “por meio de um processo de reagregação de retalhos regionais, hibridismo e misturas que não reconhecem, necessariamente, uma herança comum” (MACAGNO, 2009, p.23). Talvez por isso Macamo tenha proferido as afirmações contra Cahen de que a acusação de negação étnica da Frelimo não passava de “teoria da conspiração”, devido ao fato de que a Frelimo incentivou a “cultura nacional”, sendo “especulação” a política de negação étnica por parte do Estado (MACAMO, 1996, p.357). Macamo afirma que, “no que diz respeito às manifestações culturais como a dança, o canto, etc., a política da Frelimo pautou-se por um encorajamento apenas limitado pelos meios. Os festivais nacionais de canto e dança, novamente, constituem prova (...) da valorização da cultura nacional” (MACAMO, 1996, p.357).

É pertinente retornar ao conjunto de ideias lançadas por Severino Ngoenha para ampliar a conceitualização da *moçambicanidade* e as implicações do projeto nacionalista do pós-independência. Ngoenha analisa os paradigmas de pertencimento escolhidos após a libertação do jugo colonial português, questionando “se os modelos adotados após a independência, tanto o estado socialista como, após o fim da Guerra Fria, o estado democrático, são menos exógenos, menos alienantes e colonizadores que o projeto colonial português” (NGOENHA, 1998, p.25-26 apud LIMA, 2016, p. 71). A crítica do autor se insere na problemática de pensar Moçambique e o povo moçambicano livres da égide de paradigmas estabelecidos e impostos por agentes exteriores, expressada na imposição do modelo moderno de civilização.

Ngoenha interroga a noção de pertencimento moçambicano e avalia a relação conflituosa ocasionada pelo imperativo da modernidade em Moçambique, ou seja, desde a imposição do sistema valorativo europeu imposto pelos portugueses durante o processo de dominação colonial aos povos tradicionais do país, perpassando pelos projetos do pós-independência. Para o autor, a adoção dos pressupostos marxistas-leninistas pelos atores políticos moçambicanos foi relevante para a emancipação do jugo colonial português, porém, essa adesão ao comunismo, fora imposta por “um processo histórico-político”, e, do mesmo modo que o modelo democrático liberal, segue os passos de acontecimentos externos de Moçambique, ou seja, interferindo na trajetória e na autonomia dos moçambicanos que participam da história de forma periférica. (NGOENHA, 2011, p.20 apud LIMA, 2016, p.78). Ngoenha procura, dessa forma, encontrar a gênese da *moçambicanidade* e uma saída para a história de Moçambique.

Ao pensar a identidade que constitui o nacionalismo moçambicano, propõe refletir sobre os laços comunitários que os modelos “importados” criaram para a conjunção nacional. Para Ngoenha, “a nível nacional, podemos interrogar-nos se existem princípios culturais que podemos chamar propriamente moçambicanos; e se existem, como esses elementos tipicamente moçambicanos se manifestam?” (NGOENHA, 1992, p.28). Preocupa-se, desse modo, em pensar na identidade do indivíduo moçambicano, assim como na sua constituição histórica e cultural. Nesse sentido, corrobora a ideia de que “a continuidade histórica e cultural, e depois a língua, fazem com que as nossas coletividades de pertença mais autênticas não seja Moçambique, mas as *comunidades*, primeiro, *étnicas* e, depois, outras mais alargadas” (NGOENHA, 1992, p.29). A imposição do projeto moderno produziu, em choque com as estruturas tradicionais da região, um novo elemento para a constituição de uma ideia

de pertencimento para os moçambicanos e, de acordo com Ngoenha, “à medida que a presença colonial se intensificava, fomos assimilando um segundo esquema de identidade ao qual pertencíamos, sem que essa identidade nos pertencesse: o território colonial” (NGOENHA, 1992, p.30). A reflexão de Ngoenha parece pertinente no que se refere à constituição histórica dos laços de pertencimento moçambicano, os quais o projeto modernizador da Frelimo buscou uniformizar para a construção da ‘cultura moçambicana’ e da unidade nacional. A complexificação da sociedade moçambicana, a qual Ngoenha faz menção, refere-se ao choque entre as historicidades, ocasionado pelo choque civilizacional em Moçambique. Como destaca o autor:

horizontalmente, somos misturas de duas historicidades: uma colonial e outra étnica. Enquanto a historicidade europeia, fonte das nossas instituições estatais, guia a ação da nossa política institucional, a historicidade étnica ou herança cultural autóctone, atrofiada pelo choque de civilizações do qual foi vítima, incarna a consciência coletiva das populações moçambicanas. (NGOENHA, 1992, p.30)

Com sua análise, Ngoenha sugere a reflexão sobre a imposição dos modelos externos que regeram a sociedade moçambicana, que influíram também na constituição de uma identidade moçambicana, sendo que a “identidade moçambicana não é, nem simplesmente étnica, nem simplesmente europeia” (NGOENHA, 1992, p.30). Existe sim, um “amalgama étnico”, constituído pelo desenrolar do processo histórico, fazendo de Moçambique um “lugar de encontro e de diálogo entre tipos diferentes de historicidade” (NGOENHA, 1992, p.31).

A Lei do Sistema Nacional de Educação, aprovada em 1983 pela Assembleia Popular de Moçambique, perde seu vigor no início da década de 1990. Como enfatiza Macagno, com o passar do tempo, e a não efetivação da mudança pretendida, o “entusiasmo revolucionário foi amortecendo”, e a complexificação da realidade moçambicana acabou transformando o discurso do homem novo “em uma cópia desgastada dela mesma” (MACAGNO, 2009, p.26).

As alterações impulsionadas pela *nova ordem mundial* ajudam a perceber as mudanças legislativas de Moçambique, local onde, após o fim da Guerra Fria, não haveria mais lugar para se pensar na construção do *homem novo revolucionário*, ao passo que, como realça Macagno, ao analisar as diretrizes inseridas no documento do Sistema Nacional de Educação moçambicano de 1991, destaca seu objetivo: “contribuir para a formação do Homem moçambicano, com consciência patriótica, cientificamente qualificado, profissional,

tecnicamente capacitado e culturalmente liberto” (MINED, 1991, p.3 apud MACAGNO, 2009, p.26). Observa-se que os imperativos modernos ainda compõem suas premissas educacionais, ao passo que talvez frear a modernidade e constituir um conjunto de valores que correspondam às necessidades das diferentes culturas que compreendem a diversidade moçambicana constituem um grande desafio.

Nesse sentido, ao instrumentalizar os laços de pertencimento a partir do manual didático “A História da Minha Pátria” (NEGRÃO, 1986), e obedecendo às premissas modernas de formação da identidade nacional, a Frelimo, acaba negligenciando a variedade étnico-cultural moçambicana para a formação da *moçambicanidade*, dando preferência à unidade, sem levar em conta a diversidade existente no país. O combate ao *tribalismo* e ao *regionalismo* põe em foco a utilização dos imperativos modernos em Moçambique, correspondendo a visão de mundo herdada dos europeus, a partir do choque civilizacional ocasionado pelo colonialismo, e pelas tensões de uma modernidade, que

em particular, como componente essencial do universo de referência própria do desenvolvimento, ela opõe-se necessariamente a tradição, categoria que é percebida à priori de maneira negativa. Falar de tradição equivale normalmente a estabelecer um verdadeiro amálgama de costumes, de práticas, de ideias, de crenças, todas desvalorizadas e muitas vezes rejeitadas fora dos limites da razão, isto é, classificadas de obscurantismo. Com esse termo particularmente pejorativo, decreta-se que toda a distância com as lições recebidas dos filósofos das luzes, constitui um atentado à verdade absoluta da razão e do progresso. (NGOENHA, 1994, p. 72 apud LIMA, 2016, p.82-83).

Desse modo, a “cultura moçambicana” é absorvida pelo discurso da *resistência* e da *modernização*, aspirando à *comunidade de destino*. Outrossim, dissemina um discurso com caráter modernizante, que dá ênfase à criação de novos indivíduos, livres do *obscurantismo* e da *superstição*, com primazia à unidade sem levar em conta a diversidade étnico-cultural existente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos caminhos para a construção da moçambicanidade perpassa pela “reescrita” e reinterpretação de sua história nos meios educacionais: crivada no manual didático pela formulação de relatos da *heroicidade* do *Povo Moçambicano*, constituída pela narrativa de resistência desde a chegada dos primeiros colonizadores portugueses. Essa abordagem possui a pretensão de formar no imaginário nacional a percepção de uma pregressa unidade nacional, antes mesmo da chegada do colonizador. Considera, portanto, que mesmo não havendo entre os povos que já possuíam sua organização social no lugar o seu reconhecimento identitário - e que mesmo havendo a diversidade etno-cultural ali presente - haveria um ponto em comum que forma a unidade: a luta contra o colonialismo português. Mesmo que a territorialidade tenha sido definida em finais do século XIX, com a partilha da África pelas potências europeias de então, a construção dessa história almeja incutir no imaginário nacional a noção de continuidade fomentada pela luta anti-colonial.

A *unidade nacional* então formada por todos os povos que integram o território do “Rovuma ao Maputo”, estimulou um programa que não tomou como partida a diversidade étnico-cultural presente no território. É possível, dessa forma, conceber que um dos maiores equívocos do projeto de nação da Frelimo tenha sido a falta de análise objetiva das condições materiais moçambicanas no que diz respeito à percepção das necessidades que a diversidade existente no território possuía. Na tentativa de aliar a *teoria à prática revolucionária*, tanto no campo educacional como nas outras áreas fundamentais para a *modernização* do país e construção do socialismo, negligenciou a realidade da população, sendo que, neste sentido, falharam na aplicação dos próprios pressupostos marxistas que lhe serviam como base, ao não partir das condições objetivas em que se encontrava a diversidade étnico-cultural da população moçambicana para a elaboração de seus projetos de nação.

Nesse sentido, o *manual didático* consiste em uma ferramenta importante para legitimar os projetos dos grupos que constituem a classe dirigente do Estado, no caso moçambicano, na medida que padronizam os costumes, os valores, assim como as noções de pertencimento que devem servir como base às novas gerações, a Frelimo buscava afirmar sua história vinculada à do Povo moçambicano. Ao debruçar-se sobre o manual didático moçambicano, percebe-se que o processo de modernização está presente, não só neste, mas também na elaboração dos planos educacionais e nas demais instituições, sendo o manual



didático um instrumento moldado sob a forja da modernidade. As ideias que ancoram sua produção e seus fins correspondem à um projeto moderno que objetiva, essencialmente no que diz respeito a Moçambique, a formação de novos indivíduos para a perpetuação da identidade de um Povo que luta e almeja a paz como futuro da nação.

Não obstante, tende-se a concordar com Paredes quando trata da formação da *moçambicanidade*, ao afirmar que “o caso da construção da nação em Moçambique repousa sobre múltiplas camadas identitárias em que se misturam presenças culturais de diferentes períodos com lógicas de ruptura política e de construção de uma ‘nova’ sociedade” (PAREDES, 2014, p.155).

Como se pôde observar, o projeto de *moçambicanidade* foi posto à prova constantemente pelos autores que resolveram debruçar-se sobre o tema. Constitui um campo de pesquisa vasto e complexo, pelo fato de Moçambique ser local que abrange em seu território, como afirmou Ngoenha, ligações com as diversas historicidades que ali tiveram contato. Neste sentido, ao refletir sobre a mudança na hegemonia ideológica global, à qual repercutiram no fim do regime socialista moçambicano, deixa explícita sua indagação sobre os princípios norteadores de Moçambique a partir daquele momento. Impulsionado pelas incertezas (e esperanças) atribuídas ao futuro, mas com os receios do passado recente, afirma que

para a memória coletiva popular, aqueles que com razão ou sem ela se sentem enganados, aqueles a quem a estratégia do campo obrigam a ir para as aldeias comunais, aquelas populações que não sentem os seus esforços e sacrifícios recompensados, aqueles que se sentem marginalizados, etc. Repito, o fato não é se alguém, ou alguma instituição, deliberou estes erros, mas o que as populações sentem, e portanto o modo como elas reagem: que pode ser apoiando guerrilheiros cujas reivindicações podem parecer identificar-se com as aspirações coletivas de um grupo determinado” (NGOENHA, 1992, p.32)

Ouvir o que as populações sentem, almejam, ou necessitam, compreende um defeito que nenhuma sociedade moderna pôde contemplar: a classe dirigente impõe sua visão de mundo ao restante da população. Desse modo, não cabe aqui julgar a ideologia intrínseca ao modelo adotado pelo Estado durante o pós-independência. Sua contribuição está na emancipação da nação do jugo colonial português, possível quando um grupo de atores

políticos de Moçambique levaram a cabo a estratégia de libertação, embasados em um modelo ideológico (*marxismo-leninismo*) também de pretensão hegemônica, em um momento em que as condições históricas eram favoráveis para tal feito. Do mesmo modo, a formação dos indivíduos que tiveram contato com o sistema educacional moçambicano no período em questão possuía uma influência significativa da ideologia do Estado. Sem julgamentos, cabe-nos apenas compreender como fora instrumentalizada através dos manuais didáticos suas principais premissas de pertencimento.

Dito isso, é oportuno enfatizar que *não há ensino sem ideologia*. A escrita de uma história oficial perpassa os anseios da classe dirigente dos Estados Nacionais, assim como seus interesses políticos e econômicos, influenciando o caráter que almejam para os futuros cidadãos. Outrossim, o campo do Ensino de História em Moçambique, no Brasil, ou em qualquer outro lugar, constitui uma ferramenta essencial para o conhecimento da realidade na qual estamos inseridos. É indispensável para a percepção crítica da realidade e espaço profícuo para almejar mudanças, que, via de regra, são indissociáveis do processo histórico.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fonte principal:

NEGRÃO, J. et. alii. *A História da minha pátria - 5ª classe*. Maputo: República Popular de Moçambique. Ministério da Educação e cultura. INDE, 1986

### Demais fontes:

MACHEL, S. M. Discurso na 6ª Conferência de Chefes de Estado ou de Governo de Países Não-Alinhados. In: FILHO, José M. (Org.). *Fidel: A Nova Escalada dos Não-Alinhados*. Porto Alegre: L & PM Editores Ltda, 1980

\_\_\_\_\_. Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova de desenvolver a pátria (Mensagem de Samora Machel, DEC - 1973) Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/governacao/educacao/artigos\\_cientificos\\_imprensa/fd\\_4725.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/governacao/educacao/artigos_cientificos_imprensa/fd_4725.pdf). Acesso em: ago. 2016.

\_\_\_\_\_. A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da Sua Continuidade, Condição do seu Triunfo. (1973). In: *A Libertação da Mulher*. São Paulo: Global Editora, 3ª edição: Fevereiro, 1982.

MINED. Ministério da Educação. *Balanço da Introdução do Sistema Nacional de Educação*. Maputo, Direção de Planificação, 1991.

MOÇAMBIQUE. Departamento de Educação e Cultura da FRELIMO. *História de Moçambique*. Coleção Libertação dos Povos das Colônias - Volume 2. Porto: Edições Afrontamento, 1971.

MOÇAMBIQUE, Lei nº 4/83, de 23 de março de 1983. Aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação. Boletim da República I Série nº 12 - 3º Suplemento. Maputo, 1983. p.13-21. Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/documentos\\_educacao.html](http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/documentos_educacao.html). Acesso em julho de 2016.

### **Bibliografia:**

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

BOWEN, Merle, “Beyond Reform: Adjustment and Political Power in contemporary Mozambique”. *The Journal of Modern Africa Studies*, n.30, 1992. p.255-279.

CABAÇO, José Luis. *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação*. São Paulo, tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, FFLCH/USP. 2007. Disponível em: <http://macua.blogs.com/files/mo%C3%A7ambique-jlcaba%C3%A7o-2007-brasil.pdf>. Acesso em: 18 set. 2016

CHOPPIN, A. *O Historiador e o livro escolar. História da educação*. Pelotas. n.11, abr. 2002, p.5-24.

\_\_\_\_\_, *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. *Interrogando discursos raciais em livros didáticos de História: entre Brasil e Moçambique - 1950-1995*. São Paulo, tese de doutorado em História Social, PUC-SP, 2015. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/12866/1/Maria%20Telvira%20da%20Conceicao.pdf> Acesso em: 30 out. 2016.

COSTA, Inês Nogueira da. *Importância dos arquivos na Construção e Ensino da História de África: O Arquivo Histórico de Moçambique*. Actas do Colóquio “Construção e Ensino da História da África”. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: Linopazas Ltda, 1995. p. 491-499.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1979

FERNANDES, Carlos. *Intelectuais orgânicos e legitimação do Estado no Moçambique pós-independência: o caso do centro de Estudos Africanos - 1975-1985*. Afro-Ásia, n. 48 (2013), p.11-44.

HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. - 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013

HOFISSO, Narciso. *A Problemática da Utilidade dos Manuais de História no Ensino Primário de Moçambique*. Actas do Colóquio “Construção e Ensino da História da África”. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: Linopazas Ltda, 1995. p. 555-564.

KRUKS, Sônia. *From the nationalism to marxismo: the ideological history of frelimo: 1962-1977*”, in Irving Leonard Markovitz (ed), *Studys of power and class in Africa*. NovaYork, Oxford university Press, 1987.

LIMA, Paula Sophia Branco de. *Moçambique como lugar de interrogação: a modernidade em Elísio Macamo e Severino Ngoenha*. Cape Town, África do Sul: African Minds, 2016.

MACAMO, Elísio S. *A Nação Moçambicana como Comunidade de Destino*. Lusotopie, p.355-364, 1996. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/macamo96.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016

MACAGNO, Lorenzo. *Fragmentos de uma imaginação nacional*. Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 24 N° 70, p.17-35, junho/2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n70/a02v2470.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016

MENESES, Maria Paula. *Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n106, maio de 2015, p. 9-52.

NGOENHA, Severino. *Por uma dimensão moçambicana de consciência histórica*. Porto: Edições Salesianas, 1992.

\_\_\_\_\_. *O retorno do bom selvagem: uma perspectiva filosófica-africana do problema ecológico*. Porto: Edições Salesianas, 1994.

\_\_\_\_\_. *“Identidade moçambicana: já e ainda não”*. In SERRA, Carlos (ORG). *Identidade, moçambicanidade, moçambicanização*. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1998, p.17-34

NGOENHA, Severino; CASTIANO, José. *Pensamento engajado - Ensaio sobre a filosofia africana Educação e cultura Política*. Editora Educar, Centro de Estudos Moçambicanos e Etnociências (CEMEC) Universidade Pedagógica. Maputo, 2011.

NEWITT, M. *História de Moçambique*. Lisboa: Edições Europa-América, 1995

PAIVA, Felipe. *A Polifonia Conceitual: crítica ao conceito de Resistência da História Geral da África*. África(s) - Revista do Programa de pós-graduação em Estudos Africanos e Representações da África. Universidade do Estado da Bahia (UNEB). v.1, n.2, 2014. Disponível em: <http://revistas.uneb.br/index.php/africanas/article/view/2378/1642>. Acesso em: 20 nov. 2016.

PAREDES, Marçal de Menezes. *A Construção da Identidade Nacional Moçambicana no pós-Independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa*. Anos 90, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p.131-161, dez. 2014

RIBEIRO, Fernando Bessa. *A Invenção dos Heróis: nação, história e discursos de identidade em Moçambique*. *Etnográfica*, vol.IX, n.2, p.257-275. Disponível em [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_09/N2/Vol\\_ix\\_N2\\_FBessaRibeiro.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_09/N2/Vol_ix_N2_FBessaRibeiro.pdf). Acesso em: 20 out. 2016.

SOUSA, João Tiago. *Eduardo Mondlane e a Luta de Independência de Moçambique*. In: TORRAL, L. R.; PIMENTA, F.T; SOUSA, J.S. *Comunidades Imaginadas. Nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra/CEIS20, 2008, p. 149-159.

THOMAZ, O. R. “Escravos sem dono”: *a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista*. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v.51, n.1, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/27305/29077>. Acesso em: 19 out. 2016

TORGAL, L. R. *As Comunidades Imaginadas: reflexões metodológicas sobre o estudo dos nacionalismos africanos*. In: TORRAL, L. R.; PIMENTA, F.T; SOUSA, J.S. *Comunidades Imaginadas. Nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra/CEIS20, 2008, p. 227-235

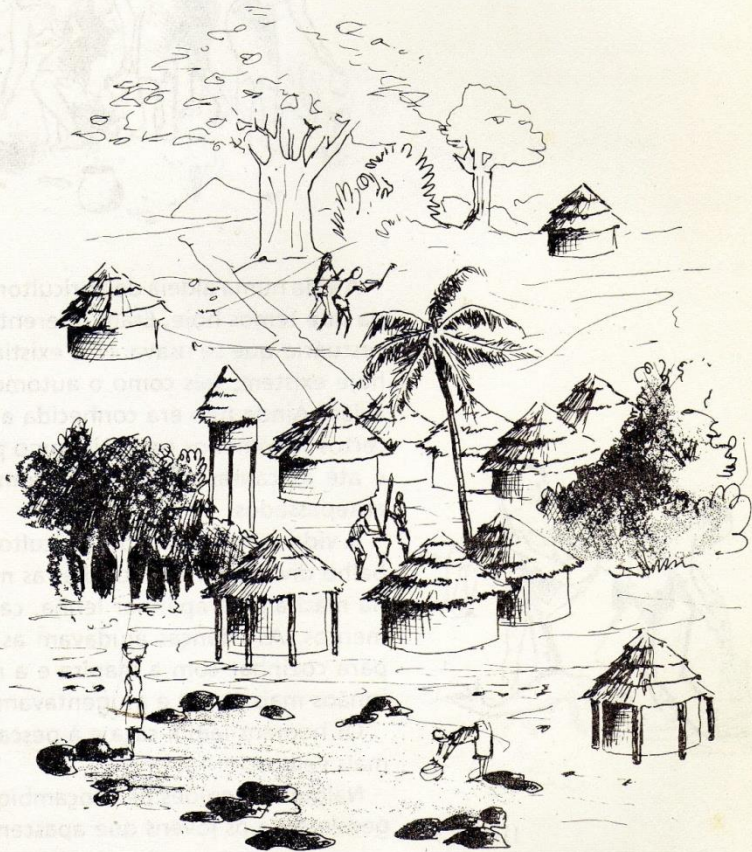
VISENTINI, Paulo F. *As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo, SP: Ed. Unesp, 2012

## ANEXOS

“A História da minha pátria” - 5ª classe (NEGRÃO, J. et. Alii, 1983). Páginas 1, 7, 45, 56, 57, 64, 66, 76, 86, 101, 109, 110, 111 e 112.



## O Povo de Moçambique há muito, muito tempo



Ilust. 1

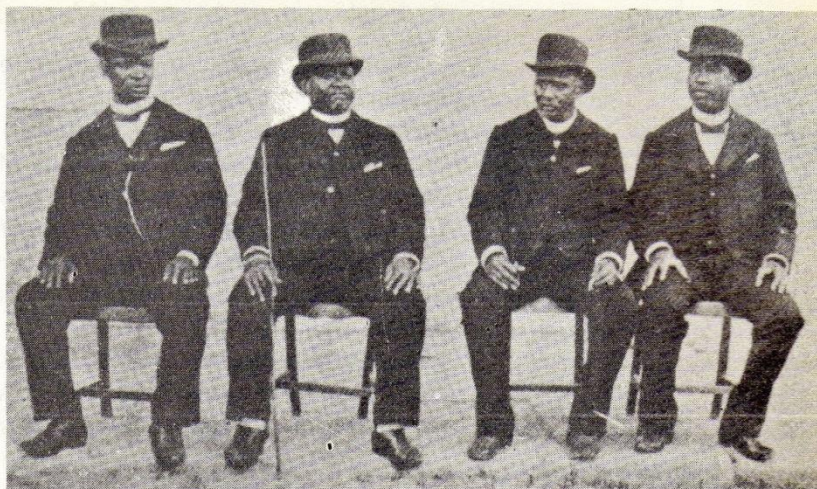
### *As aldeias de agricultores*

Até ao ano mil em Moçambique, as pessoas viviam em aldeias semelhantes à representada nesta figura.

Cada aldeia era composta por várias famílias. A família era formada por pai, mãe, filhos e, por vezes, netos. Na sua maioria, estas famílias restritas estavam relacionadas entre si, por laços de parentesco, de sangue, ou ainda por alianças. O conjunto desses parentes formava a família alargada da aldeia. Podemos por isso dizer que, há muito, muito tempo, cada aldeia era constituída por membros de uma família alargada. Contudo, podiam



Ngungunyane com o filho (Godido), o tio (Mulungo) e Matibjana (Zixaxa) em Portugal



Ngungunyane, imperador de Gaza e Matibjane, chefe de Zixaxa, foram deportados para a Ilha dos Açores, Portugal, onde viveram até à morte separados do seu Povo.

Mas o Povo nunca esquece os seus heróis. Nas suas canções, o Povo cantava a história de Matibjane:

*“Eis o jovem! Eis o jovem que eles mataram, Maṭibjane!  
É o glorioso, é o glorioso, é o glorioso!  
Lutou contra os brancos,  
Fugiu para Cossene,  
Foi preso e deportado...”*

Pouco mais de um ano depois da prisão de Ngungunyane, o avanço dos portugueses pela ocupação do império continuou. A luta de resistência contra os colonialistas também continuou. Maguiguane, general do exército de Ngungunyane, resistiu heroicamente aos portugueses. Organizou revoltas populares, atacando sistematicamente e com sucesso, os pequenos postos militares portugueses na região. Os portugueses, chefiados por Mouzinho de Albuquerque e com a utilização de metralhadoras, cavalos e sipaios, depois de várias horas de luta conseguiram derrotar Maguiguane na batalha de Macontene, em 8 de Agosto de 1897.

Muitos anos depois, o Povo ainda recorda Maguiguane nas suas canções:

*“Devolvam-no, devolvam-no, ele dos Nduandue!  
Devolvam-no, devolvam-no, o nosso Nduandue!  
Hoha, Hoha, os portugueses!  
Que disse o rei?  
Que mal é que ele fez?  
Deixem o rei voltar!  
O Povo de Guijá diz que o rei deve voltar.”*



Os colonialistas portugueses tentaram convencer os moçambicanos de que eles eram portugueses. Os moçambicanos deveriam falar só o português e não falar mais as suas línguas maternas; dançar só as danças portuguesas, cantar só as canções dos portugueses e aprender a história e a geografia de Portugal.

Mas, as pessoas nunca deixaram de falar as suas línguas maternas. Só alguns “*assimilados*” tinham vergonha de falar o ronga, o macua, o chissena, o chuabo, o maconde ou qualquer outra língua moçambicana.

Nas festas das aldeias, as pessoas continuavam a dançar as suas danças, a tocar e a cantar as suas músicas e canções, utilizando os seus próprios instrumentos musicais.

Os velhos continuavam a contar e a ensinar aos jovens a história dos antepassados, os contos, os poemas, as adivinhas, os jogos e as brincadeiras que eles próprios tinham aprendido.

Assim, os moçambicanos nunca se tornaram portugueses. Eles tinham orgulho na sua cultura e amavam a sua terra. Apenas alguns “*assimilados*” insistiam em fingir que eram portugueses.

### *O ensino no tempo colonial*

Os colonialistas portugueses criaram em Moçambique dois tipos de ensino: um, para os filhos dos colonos que era chamado de ensino oficial e o outro, o ensino primário rudimentar, só para os moçambicanos.

O primeiro tipo de ensino encontrava-se apenas nas cidades, enquanto o segundo tipo encontrava-se fundamentalmente nas missões, dado pelos missionários, em especial os católicos.

As escolas das missões ensinavam aos poucos moçambicanos que conseguiam ir à escola a ler e a escrever. Ensinavam-nos também a serem sapateiros, pedreiros, alfaiates e outras profissões que davam grandes lucros aos colonialistas. Eles nunca foram ensinados para serem médicos, professores, operários qualificados ou engenheiros.

Para reforçar esta divisão no ensino, o governo colonial fazia muitas leis. Mas como o sabemos?

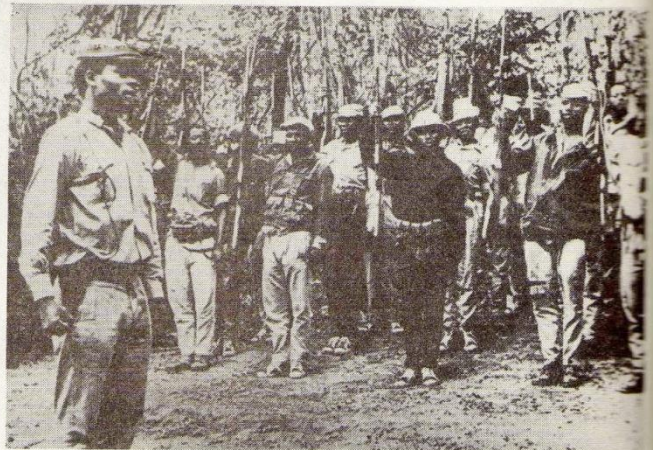
Uma lei do governo colonial dizia o seguinte:

*“O ensino primário rudimentar destina-se a civilizar os indígenas da colónia, difundindo entre eles a língua e os costumes portugueses.”*

As escolas das missões eram apenas para os moçambicanos porque os filhos dos colonos portugueses estudavam em escolas melhores.

Depois de acabar o Ensino Primário Rudimentar e fazer o exame da 4ª classe, um moçambicano podia deixar de ser “*indígena*”, isto é, ele já falava português, já se vestia, dançava, cantava músicas e canções portuguesas. Assim, esse moçambicano passava a ser chamado de “*assimilado*”.

## Unidade dos Moçambicanos



Estas quatro fotografias representam quatro momentos importantes da história da luta do Povo Moçambicano. Consegues recordar-te das datas e dos acontecimentos que cada uma das fotografias representa?



Notícia da chegada de Mondlane a Moçambique no Jornal Notícias de 30 de Março de 1961

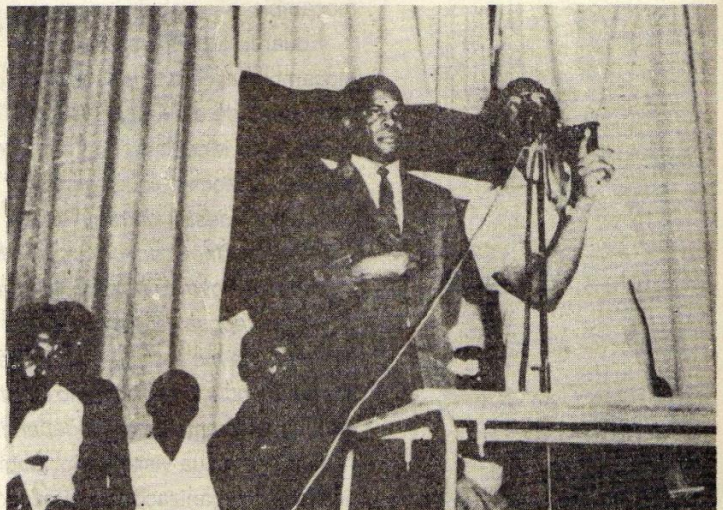
a sua Unidade no período de 1961 a 1962..."

Os movimentos e partidos de que falava Mondlane eram a UDENAMO, A MANU e a UNAMI. Mondlane contactou também alguns moçambicanos que estudavam e viviam em Portugal e na França.

Foi unindo os membros daquelas organizações, estudantes moçambicanos no estrangeiro e muitas outras pessoas interessadas na luta contra o colonialismo português, que Mondlane conseguiu fundar a Frente de Libertação de Moçambique, em Dar-Es-Salaam, Tanzania, em 25 de Junho de 1962, tendo Mondlane sido eleito seu Presidente. A partir desse momento deu-se início à unidade dos moçambicanos na luta contra o colonialismo português.

Eduardo Mondlane foi uma figura incansável na luta pela unidade do Povo Moçambicano e pela libertação da sua Pátria. Foi o construtor da Unidade Nacional.

Três meses após a fundação da Frente, foram tomadas decisões importantes para a libertação Nacional.



— Definiu correctamente o inimigo como sendo o colonialismo português e decidiu combatê-lo por todos os meios, incluindo a Luta Armada.

*Eduardo Mondlane, Construtor da Unidade Nacional*

Presidente Mondlane nas zonas libertadas de Cabo Delgado em 1967



A FRELIMO criou hospitais e centros de saúde. Nesses hospitais e centros de saúde trabalhavam muitos enfermeiros e alguns médicos. Além dos hospitais havia também postos móveis de saúde. Esses postos móveis realizaram grandes campanhas de vacinação das populações e de ensino de cuidados de higiene e limpeza. Nessas campanhas participavam também alunos e professores das escolas.

### ***As mulheres na Luta Armada***

A participação da mulher na Luta Armada constituiu uma exigência da própria luta, sem a qual esta não era possível. Assim, desde o início da luta, a mulher esteve ao lado dos nossos guerrilheiros.

Em 1965 o primeiro grupo de 75 mulheres recebeu treino militar. Em 1976, criou-se o Destacamento Feminino (DF). Apesar de existirem alguns homens que não concordavam com a participação da mulheres na Luta Armada, eles não conseguiram impedir a sua participação. E ainda durante a Luta Armada foi criada a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), em 1973.



### ***A Luta Armada exigia sacrifícios***

Os nossos guerrilheiros tinham por vezes que passar dias inteiros sem comer, tinham que dormir em qualquer lado e às vezes, tinham que marchar dias ou mesmo semanas para fazer um ataque ou uma emboscada. Não tinham fardamento nem botas. A batalha pela liberdade não é fácil, mas a liberdade vale por todos esses sacrifícios.

### ***Na Luta Armada desenvolveu-se a Unidade Nacional***

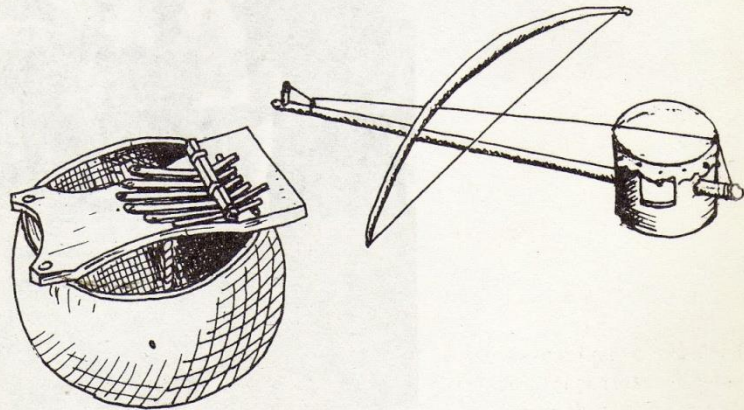
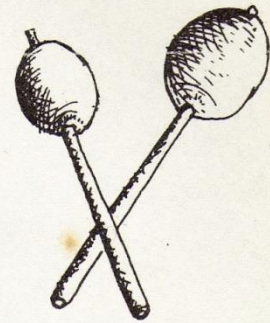
Na Luta Armada de Libertação Nacional, pessoas de diferentes regiões de Moçambique sentiam-se cada vez mais unidas — todos eram moçambicanos — e lutavam contra o mesmo inimigo — o colonialismo português. Rita Mulumua, uma guerrilheira do Niassa, disse o seguinte:

## A Unidade Nacional

O Povo Moçambicano, dia após dia, tanto na escola, como no trabalho, na música, na dança e na arte, desenvolve e consolida a Unidade Nacional.



Em 1983 iniciou-se o SNE que combate o analfabetismo e torna a escola primária obrigatória e gratuita





## ***Morreu o primeiro presidente de Moçambique***

No dia 19 de Outubro de 1986 perdeu a vida num trágico acidente o primeiro Presidente da República de Moçambique, Samora Moisés Machel. Era acompanhado por outras pessoas, jovens e mais velhos, que constituíam a comitiva presidencial e que também perderam a vida.

As circunstâncias do acidente aéreo nunca foram devidamente esclarecidas.

*“Moçambicanas, Moçambicanos*

*É com profunda emoção e dor que o Bureau Político do Comité Central do Partido Frelimo, a Comissão Permanente da Assembleia Popular e o Conselho de Ministros da República Popular de Moçambique comunicam a todo o Povo Moçambicano do Rovuma ao Maputo o trágico falecimento do Presidente do Partido Frelimo, Presidente da República Popular de Moçambique, Marechal Samora Moisés Machel.*

*Este terrível acontecimento enluta a Nação moçambicana e constitui uma perda irreparável para a nossa Pátria, para a nossa região, para a África e para Humanidade.*

*Cada moçambicano sente esta tragédia como um terrível momento de sofrimento na sua história.*

*O Presidente Samora Moisés Machel, pai da Nação e fundador da República Popular de Moçambique, é símbolo da unidade do Povo Moçambicano, de heroísmo e grandeza, era o melhor filho do nosso Povo.*

*O falecimento ocorreu quando o avião presidencial, vindo de Mbaía Zâmbia, ao aproximar-se do aeroporto de Maputo se foi despenhar em circunstâncias ainda não esclarecidas, no território sul-africano, em Mbusine, cerca de 5 Km a noroeste da Namaacha.*

*O Presidente Samora Moisés Machel regressava de mais uma missão para o estabelecimento da paz na África Austral e o desenvolvimento da cooperação regional. Era mais uma missão em favor da liberdade, da justiça.*



### *Como chorar-te, Papá Samora*

Como chorar-te, papá Samora,  
 se recusamos aceitar que  
 não mais te ouviremos e nem te veremos.  
 Que lágrimas chorar por ti,  
 se durante a vida toda  
 ao longo dos sacrifícios, das duras caminhadas  
 ao encontro da liberdade  
 não nos ensinaste a chorar?  
 Ensinaste-nos sim, papá Samora,  
 a transformar a dor em novas forças,  
 mais poderosas que a razão das próprias lágrimas.  
 Em ti papá Samora, aprendemos a tradição secular  
 de resistência dos nossos papás, avós,  
 ao colonialismo português.  
 Se em ti papá Samora, aprendemos  
 as memórias heróicas das guerras que  
 os nossos avós travaram contra os invasores.  
 Se em ti, aprendemos a tradição de luta e  
 resistência do nosso Povo em todos os cantos  
 de Moçambique.

### **O Processo da Paz**

A partir do fim do regime colonial e da constituição da república Popular de Moçambique, a luta do povo e dos dirigentes da Frente de Libertação de Moçambique continuou.

A política de alguns países, como, por exemplo, a África do Sul, com o apartheid, era oposta aos ideais de liberdade e igualdade que o povo moçambicano desejava. E existiram atritos.

Em quase todos os processos de libertação existe um período em que começam as divergências de opiniões.

Formam-se as opiniões, ou seja, partes descontentes que lutam pelo poder.

Em Moçambique surgiu uma luta armada, na região centro que se espalhou depois a todo o país.

O grupo responsável por esta luta denominou-se Resistência Nacional Moçambicana.

Moçambicanos armados lutaram contra Moçambicanos numa guerra interna que além de muita destruição causou mortes e muito sofrimento ao povo e que durou anos.

Finalmente, no dia 4 de Outubro de 1992, foi assinado um acordo de Paz na cidade de Roma, entre o Governo da República de Moçambique e a Resistência Nacional.

Houve então o levantamento das consequências da guerra.

Foi definido um programa muito completo e que não era fácil para solucionar sem ajuda externa.

Os países amigos, através da organização das Nações Unidas a ONU, patrocinaram o processo da paz e a preparação das primeiras eleições democráticas em Moçambique.

O nosso país recebeu a visita de observadores internacionais.

Eles vieram de muitos países.

Os soldados e os grupos guerrilheiros foram orientados para entregarem as armas e voltarem para a vida civil, para as suas profissões nos campos, nas aldeias e nas cidades.

O resultado da guerra é um quadro triste, onde todos perderam muito. É um passado recente.

Mas agora que estamos cada vez mais, no processo de Paz, é preciso olhar para o futuro e esquecer as divergências.

Assim, para orientar as primeiras eleições democráticas em Moçambique, foi criada uma Comissão Nacional de Eleições — a CNE — e muitas pessoas trabalharam neste processo de preparação das eleições.

Os grupos políticos registaram os seus PARTIDOS.

O povo foi convidado a comparecer a vários centros de recenseamento eleitoral, ou seja, aos locais para se inscrever a fim de receber o cartão de eleitor.

Todo cidadão moçambicano, homem e mulher, a partir dos 18 anos tem agora o direito de escolher o seu governante.

A frase *NO TEU VOTO O FUTURO DE MOÇAMBIQUE* apareceu em todo o país, na propaganda eleitoral da CNE.

Nos dias 27, 28 e 29 de Outubro de 1994, o povo compareceu aos centros eleitorais para eleger o primeiro presidente da República de Moçambique e os deputados para a Assembleia da República, através do voto livre e secreto.

Moçambique entrou num novo período político e social, através do processo democrático pluripartidário, isto é; de vários partidos, com vários candidatos a cargo de presidente deputados para o povo escolher, quem irá governar o país pela período de cinco anos, através do mandato popular.

Para compreender melhor o significado das palavras:

Democracia — A palavra vem do grego e quer dizer

Demo = povo

Cracia = governo

Portanto, Democracia significa governo do povo.

Partidos — Como a palavra já está a explicar, são partes representativas do universo dos eleitores, que registados para o processo eleitoral, propõem pessoas para concorrerem aos cargos políticos.

Todas as pessoas têm o direito de pensar livremente e até opôr-se às ideias e pensamentos da maioria e, assim mesmo, serem ouvidas e respeitadas.

Saber conviver com opiniões diferentes é que faz a democracia, a liberdade de pensamento.

O importante é compreender que só através do diálogo e do respeito mútuo se constrói a paz e a fraternidade entre os povos.

**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**

CARTÃO DE ELEITOR Nº 6552/0623

Nome: Luciana Jossias

Luciana

Data de Nascimento: 16.04.1961

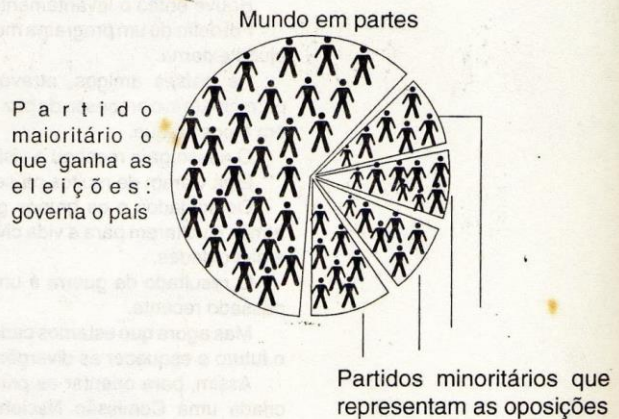
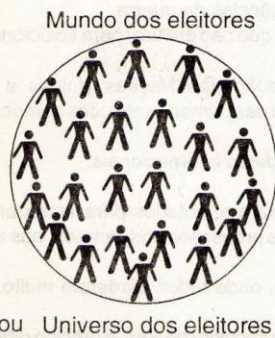
Local de Nascimento: Maputo



Assinatura: Luciana Jossias

07758134

Cartão de eleitor



**Partido maioritário:** O que ganha as eleições e governa o país em nome da maioria da população.

**Partido minoritário:** Que concorre às eleições e recebe um número menor de votos e forma a oposição.

Os partidos maioritários e minoritários participam da vida política do país através dos seus deputados eleitos para a Assembleia da República, por um período de cinco anos.

**Mandato =** É o período de tempo pelo qual o voto popular vai autorizar o presidente da República e os deputados da Assembleia da República a governarem o país. Em Moçambique é de cinco anos. No final deste prazo haverá novas eleições. (veja o gráfico).

